
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Município do Porto

Bernardo Ardachessian Pires

Relatório de Estágio

Mestrado em Economia e Administração de Empresas

Orientado por

Filipe Grilo

2023

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família por todo o suporte prestado durante a minha jornada académica, por me terem deixado trilhar este caminho ao meu gosto apoiando sempre todas as minhas decisões.

Em segundo lugar, um agradecimento também a todos os meus amigos e colegas de faculdade que estiveram comigo durante o meu percurso académico e na minha vida, dando o seu contributo seja de que maneira for, sem eles isto também não teria sido possível.

Um agradecimento especial ao Departamento de Economia da Câmara Municipal do Porto, dirigido pelo Diretor Rui Manuel Monteiro. Acolheram-me de braços abertos, e não poderia ter tido uma melhor experiência durante os cinco meses que lá passei. Foi um prazer fazer parte do Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos juntamente com Gonçalo Martins Barbosa, Catarina Nogueira, Afonso Fonseca, João Santos, Patrícia Serrão e todos os outros membros do departamento. Tive a oportunidade de participar em inúmeros projetos e atividades que me enriqueceram tanto a nível profissional como pessoal. Foi sem dúvida um privilégio ter feito parte desta equipa e uma experiência muito enriquecedora tanto a nível profissional como pessoal.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer também ao orientador deste relatório, o Professor Filipe Grilo, por ter feito um excelente trabalho em guiar-me durante toda a escrita deste trabalho e por ter sido tão prestável e disponível ao longo destes últimos meses.

Resumo

Organizações intergovernamentais, como as Nações Unidas, assim como os governos nacionais, estão cada vez mais preocupados em tornar as cidades mais sustentáveis. Neste âmbito, as Nações Unidas criaram 17 objetivos, correspondentes a todas as problemáticas que os países enfrentam, de forma a guiar os decisores políticos em como melhor alocar os seus recursos. O conceito de sustentabilidade municipal não é algo novo na literatura, no entanto, ainda restam muitas dúvidas de qual a melhor maneira que os municípios podem aplicar os seus recursos, que por vezes escassos, de modo a dar resposta às necessidades de todos os seus habitantes. Este relatório para além de relatar um pouco as funções que realizei durante o meu estágio curricular realizado na Câmara Municipal do Porto, irá também abordar a questão acima mencionada, utilizando como caso de estudo o município do Porto, visto que o mesmo pretende afirmar-se como uma referência para os outros municípios do país, sendo aquele com mais relatórios de sustentabilidade publicados até à data de hoje.

Com base em relatórios publicados anualmente, é possível verificar que o Porto apresenta um desempenho notável em comparação à grande maioria dos outros municípios portugueses, tendo já alocado grande parte dos seus recursos financeiros à criação de inúmeros projetos para a melhoria da qualidade de vida sua população. Os únicos municípios que apresentam níveis semelhantes de desempenho são apenas Lisboa e Braga. Contudo, a nível internacional o Porto nem sempre consegue marcar presença nas classificações dos rankings principais ligados à sustentabilidade.

Por ser uma questão emergente, cada vez mais surgem organizações internacionais com o intuito de apoiar e guiar os municípios no seu caminho para a sustentabilidade, sendo que, se o Porto aderir a estas iniciativas poderá afirmar-se cada vez mais como um exemplo não só a nível nacional como internacional.

Palavras-chave: Sustentabilidade, município, objetivos de desenvolvimento sustentável, Porto

Abstract

Intergovernmental organisations such as the United Nations, as well as national governments, are increasingly concerned with making cities more sustainable. In this context, the United Nations has created 17 goals, corresponding to all the problems that countries face, to guide policy makers on how best to allocate their resources. The concept of urban sustainability is not new in the literature, but there are still many doubts about how municipalities can best use their sometimes scarce resources to meet the needs of all their inhabitants. This report, in addition to giving a brief overview of the work I did during my internship at the Municipal Council of Porto, will also address the issue mentioned above, using the Municipality of Porto as a case study, as it aims to set itself as a benchmark for other municipalities in the country, being the one with the most published sustainability reports to date.

On the basis of reports published annually, it can be seen that Porto has performed remarkably well compared to the vast majority of other portuguese municipalities, having already allocated a large part of its financial resources to the creation of numerous projects aimed at improving the quality of life of its population. The only municipalities with a similar level of performance are Lisbon and Braga. Internationally, however, Porto doesn't always make the top sustainability rankings.

As this is an emerging issue, more and more international organisations are emerging to support and guide municipalities on their path to sustainability, and as Porto joins these initiatives, it can increasingly set an example both nationally and internationally.

Key-words: Sustainability, municipality, sustainable development goals, Porto

Índice

1. Introdução	i
2. Revisão da Literatura	iii
3. Metodologia	xx
4. Identificar e mapear as iniciativas do município em desenvolvimento sustentável e no âmbito da agenda 2030 da ONU	xxi
5. Principais referenciais e toolkits internacionais para o reporte local dos ODS	xxvi
6. <i>Benchmarking</i> dos Municípios e os ODS: Principais rankings para avaliação de desempenho ..	xxxiii
7. Parcerias, networks internacionais e eventos em sustentabilidade municipal.....	xli
8. Conclusão	xlvi
Referências Bibliográficas.....	xlix
Anexos.....	lv

Índice de Figuras

Figura 1 Total de Iniciativas do Município do Porto.....	xxii
Figura 2 - Perfil Município do Porto.....	xxxv

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Lista de toolkits internacionais para o reporte dos ODS	xxvi
--	------

1. Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como ODS, fazem parte de uma agenda global que tem 17 objetivos e 169 metas que visam a construção de um mundo mais justo, próspero, sustentável e igualitário até 2030. Estes objetivos traduzem os desejos de diversas nações do mundo e representam, dessa forma, várias possibilidades importantes para traçar o caminho para um planeta equilibrado tanto ambientalmente como socialmente (Nações Unidas 2015). Os ODS surgem da urgência de medidas para combater a elevada degradação do planeta e para combater as desigualdades sociais que se perpetuaram durante muitas décadas em vários continentes.

Na literatura existente já é possível encontrar diversos estudos sobre os objetivos em cima mencionados, mas ainda existe uma lacuna em como aplica-los ao nível municipal e considerando que no âmbito do estágio curricular, com a duração de 5 meses, que realizei numa divisão específica do Departamento de Economia da Câmara Municipal do Porto que se denomina de Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos, existe a necessidade de identificar e mapear as iniciativas do Município em desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030 da ONU e como implementar estas iniciativas no Município do Porto.

O Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos tem como principal objetivo desenvolver estudos de relevância para capacitar a sua tomada de decisão, bem como as decisões dos portuenses, dos investidores e do tecido empresarial. Os estudos são desenvolvidos numa ótica de médio e longo prazo, sustentando os decisores públicos e os demais destinatários com informação empírica e comprovada, com vista a uma melhor definição de estratégias, políticas e planos de ação. Através do Gabinete, o Município do Porto dá corpo a uma visão estratégica do desenvolvimento da economia local, dotando o ecossistema económico da cidade de bases mais sólidas nas quais se alicerçarão as tomadas de decisão.

Assim sendo este trabalho apresenta a seguinte questão de investigação: “Como é que no município do Porto podem ser adotadas medidas que melhor conseguem dar resposta às necessidades complexas de todos os *stakeholders* a nível local? “

Dentro dos objetivos desta dissertação destacam-se os seguintes: explorar e detetar lacunas na literatura sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável a nível municipal, perceber quais são as principais questões, debates e desafios relacionados ao tema, identificar quais são as principais teorias, conceitos que existem na literatura acerca da sustentabilidade

e contribuir para encontrar soluções de desenvolvimento mais sustentável no município do Porto em todos os contextos desafiantes dos diferentes setores de sustentabilidade.

Os objetivos de investigação foram alcançados através de uma revisão literária e com as seguintes atividades que realizei no estágio curricular no Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos do departamento de economia da Camara Municipal Do Porto: identificar e mapear as iniciativas do Município em desenvolvimento sustentável e no âmbito da Agenda 2030 da ONU como por exemplo o projeto “ Asprela + Sustentável “ que tem o setor da energia como vetor central, desenvolvido em torno da energia solar como fonte sustentável de energia, procurando de forma disruptiva criar a primeira comunidade energética renovável do Porto, incentivando o consumo de energia limpa, a promoção da mobilidade elétrica sustentável e a possibilidade de armazenamento de parte da energia produzida. Prosseguindo, também apoiei na análise de *benchmarking* das melhores práticas de reporte de sustentabilidade das cidades (escala nacional, europeia e internacional); sistematizar os principais referenciais e *toolkits* internacionais para o reporte local dos ODS como o GRI (*Global Reporting Initiative* - GRI); identificar parcerias, networks internacionais e eventos (fóruns, *summits*, prémios) em sustentabilidade municipal e urbana entre outras atividades.

Este relatório é composto por 6 capítulos principais: depois da introdução, o segundo capítulo começará por uma revisão de literatura onde irá abordar o conceito dos objetivos de desenvolvimento sustentável, do que se tratam e quais são de uma forma extensiva. Ainda dentro da revisão de literatura, o objetivo centrar-se-á em estreitar este estudo abordando algumas questões como: como é que os ODS já estão a ser implementados em outros municípios. Posteriormente no capítulo três é detalhado de forma pormenorizada a metodologia que foi utilizada para realizar este relatório. No quarto capítulo é feita a identificação e descrição das iniciativas que o município do Porto implementou para atingir um desenvolvimento sustentável. De seguida no quinto capítulo é feita uma análise de *benchmarking* com cidades internacionais através da compilação de rankings e índices vocacionados para a avaliação do progresso das cidades nas diferentes áreas da sustentabilidade, no sexto capítulo é feita a sistematização dos principais referenciais e *toolkits* internacionais para o reporte local dos ODS. Por fim no sétimo capítulo identifico as principais parcerias, eventos internacionais e de *networking* onde o município já está inserido e pode-se vir a inserir para um melhor desenvolvimento da sustentabilidade.

2. Revisão da Literatura

De forma a definir com precisão como aplicar os objetivos de desenvolvimento sustentável num município é importante elucidar alguns conceitos-chave primeiro. Assim sendo, neste capítulo numa primeira parte será abordado de forma breve a origem do conceito de sustentabilidade e o seu desenvolvimento até ser criada a Agenda 21. Posteriormente serão abordados os conceitos básicos ligados aos relatórios de sustentabilidades com foco no nível municipal e de seguida entraremos com maior profundidade no tema “core “desta dissertação que serão os ODS.

2.1. A origem do conceito de sustentabilidade

A ideia de sustentabilidade tem as suas raízes no movimento ambientalista do final da década de 1960 e início da década de 1970. Esse movimento surgiu em resposta ao aumento da poluição, do uso excessivo de recursos naturais e da degradação do meio ambiente em todo o mundo. Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na Suécia, que foi o primeiro evento internacional importante para discutir questões ambientais. A partir daí, o termo "sustentabilidade" começou a ser usado com mais frequência.

Entretanto surge em 1983 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) fundada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela desenvolveu um trabalho em 1987, que resultou no documento “*Our Common Future*” (“Nosso futuro comum), mais conhecido como Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). Este documento apresentou uma nova visão sobre o desenvolvimento, definindo Desenvolvimento Sustentável (DS) como: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1999).

Esta passou a ser a definição de desenvolvimento sustentável mais utilizada, tendo surgido também com o propósito de fazer com que o crescimento económico fosse desenvolvido para que a pobreza nos países desenvolvidos e em desenvolvimento fosse superada. O relatório destacou a importância de se encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico, a preservação ambiental e a justiça social. Ele também alertou para os perigos da

degradação ambiental, da escassez de recursos naturais e da desigualdade social, afirmando que esses problemas poderiam levar a conflitos e instabilidade global.

2.1.1. Desenvolvimento sustentável

Até finais da década de 1980, o conceito de sustentabilidade era muitas vezes interpretado somente na sua versão económico-financeira: “a capacidade de uma organização sobreviver eficientemente e eficazmente, desempenhando as suas funções no sector público, e gerando lucro numa empresa do sector privado” (Bello, 2006). No entanto, após o Brundtland Report passou a ser consensual que a sustentabilidade e o desenvolvimento têm de caminhar juntos para se alcançar o desenvolvimento sustentável: sustentabilidade como condição para a preservação de um desenvolvimento duradouro; e, desenvolvimento como uma forma de superar a pobreza e manter a equidade social, ambas dentro da comunidade e entre diferentes comunidades, bem como nas diversas gerações.

As Nações Unidas definem o desenvolvimento sustentável como "um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (Brundtland, 1987, p. 37). Assim, o crescimento económico é capaz de promover tanto o desenvolvimento social como a preservação do ambiente (Bello, 2006).

Porém, todos os apoiantes do desenvolvimento sustentável concordam que a sociedade exige uma mudança. Hopwood et al. (2005) assumem que é essencial dividir as abordagens dos defensores do desenvolvimento sustentável em dois grupos: os apoiantes do status quo e os apoiantes da transformação. Para os primeiros (abordagem status quo), a mudança pode efetuar-se através da gestão, de cima para baixo, nas estruturas de decisão que já existem. Do ponto de vista dos apoiantes da transformação, a mudança deve ser feita fundamentalmente por meio de ações políticas, trabalhando tanto com as estruturas existentes como com novas (Hopwood et al., 2005). Embora a definição de desenvolvimento sustentável derivar da relação entre ambiente e o desenvolvimento, a sua preocupação primária não está focada no ambiente, mas sim na sustentabilidade de todo o contexto de desenvolvimento, que normalmente engloba três elementos, considerados no mesmo nível de importância (Souter et al., 2010):

O pilar ambiental da sustentabilidade defende que um ecossistema deve ter a capacidade de sustentar populações e a biodiversidade, e conseguir funcionar continuamente. Assim, as atividades do homem ligadas a esta esfera devem respeitar e manter o equilíbrio dos

ecossistemas, dentro do crescimento, sendo que a gestão dos recursos naturais se revela de enorme importância, através da recuperação e preservação dos habitats naturais (Wanamaker, 2020). Os recursos naturais não devem ser explorados a uma taxa superior à sua capacidade de regeneração, enquanto, simultaneamente, os resíduos devem ser dispostos de forma sustentável e responsável, também numa medida não superior à capacidade de processamento dos ecossistemas (Diesendorf, 2000; Evers, 2018, citados por Mensah, 2019). Este pilar engloba tópicos como a gestão de recursos, a proteção ambiental e a restauração e preservação de habitats. Tem ligação com o pilar social no que diz respeito ao direito ambiental, ao envolvimento público e à transparência nas políticas. Por fim, a sua relação com o pilar económico é refletida na eficiência energética e em subsídios e incentivos públicos, entre outros (Wanamaker, 2020).

O pilar económico da sustentabilidade envolve a criação do valor económico provindo das atividades do homem. O sucesso da sustentabilidade económica é o resultado de decisões equitativas em interligação com os outros pilares, em que o benefício a longo prazo deve ser prioritário ao benefício a curto-prazo, sendo que a consideração unicamente do fator económico pode negligenciar a sustentabilidade da atividade (Wanamaker, 2020).

O pilar social baseia-se no pressuposto de que toda a atividade do homem deve ter um impacto positivo na sociedade. As futuras gerações devem ter a mesma qualidade de vida ou melhor do que as gerações atuais. Um exemplo que podemos enquadrar neste pilar é o estabelecimento do “Clean Water Act”, em 1972, e do “Safe Drinking Water Act”, em 1974, nos Estados Unidos da América, onde começaram a enquadrar padrões mínimos na qualidade da água, com o propósito de melhorar a saúde pública e proibir a poluição de rios e lagos (Wanamaker, 2020). Deve existir equidade, capacitação, acessibilidade, estabilidade institucional, entre outros indicadores sociais, para que a redução da pobreza não deve ser em detrimento do ambiente nem da sustentabilidade económica, mas sim, dentro desses pilares (Daly, 1992; Kumar, Raizada, & Biswas, 2014; Scopelliti et al., 2018, Mensah, 2019). Este conceito é visto também como um sistema em que as pessoas não estão sujeitas a circunstâncias e a fatores que comprometam a satisfação das suas necessidades, onde há uma preocupação com os direitos humanos, equidade de género, igualdade, regulamentação da lei, entre outros. As características deste pilar são a qualidade de vida, a educação, o desenvolvimento da comunidade, as oportunidades iguais, a lei e ética, entre outros (Wanamaker, 2020). É a conjugação destes três pilares e os seus componentes que conduzem à sustentabilidade.

Esta abordagem também é mencionada como o Triple Bottom Line da sustentabilidade, respeitando a inclusão das dimensões: económica, social e ambiental (Quick, 2008). Segundo Christopher Wanamaker, todas as atividades do homem têm impacto no ambiente, na economia e na sociedade. Estas interligações formam a base das decisões e ações do homem na procura pelo desenvolvimento sustentável (Mensah, 2019). Assim, tomar decisões dentro destas três esferas no âmbito de uma gestão sustentável irá trazer crescimento na sociedade, em que os recursos são preservados, o ambiente protegido, a economia cresce e a vida social é beneficiada (Yang, 2019; DESA-UN, 2018; 2018; Kaivo-oja, Panula-Ontto, Vehmas, & Luukkanen, 2013; citados por Mensah, 2019).

Certos analistas de sustentabilidade consideram importante adicionar dois outros aspetos relacionados com o desenvolvimento, nomeadamente: Diversidade cultural: a continuidade da diversidade cultural do passado para o futuro num contexto de globalização de comunicações, economia e sociedade, que resultem em interações interculturais mais intensas; e a Governação (Governance): os mecanismos institucionais, as normas e regras que englobam a tomada de decisão e o comportamento por parte governos, empresas e cidadãos, as interações entre estes stakeholders e entre os diferentes domínios políticos. (Souter et al., 2010, p.8)

Na prática o sector privado tem dominado a estratégia (Ball et al., 2008) e liderado o relato sobre desenvolvimento sustentável, enquanto o progresso do sector público é descrito por Ball (2004) como de qualidade irregular. Além de falhar na réplica do relato sobre sustentabilidade, o sector público debate-se com barreiras para conseguir integrar o desenvolvimento sustentável na governação (Sustainable Development Commission, 2011). Exemplos dessas barreiras são: a complexidade do conceito, a relutância em aceitar os limites ambientais, a dependência de planificação (departamentais), a dificuldade de resposta governamental quando algo não acontece conforme o planeado e a simulação de ações relacionadas com o desenvolvimento sustentável (Sustainable Development Commission, 2011). Além disso, também constituem barreiras os custos de implementação de melhorias, a prioridade de outros assuntos e a falta de pressão pública para o relato de sustentabilidade (Ball, 2004b).

Os valores do sector público estão a evoluir para incluir o bem-estar ambiental e social através da adoção de princípios e políticas de sustentabilidade (Mazmanian e Kraft, 2009). A sustentabilidade, através da realização altamente ligada de uma economia verde, é cada vez mais discutida nos círculos académicos e profissionais como um objetivo fundamental para os governos locais (Murray, 2001). Os decisores políticos e os funcionários da administração

local estão a integrar os objetivos de sustentabilidade através de uma grande diversidade de abordagens políticas específicas que vão desde as políticas de utilização dos solos até à reabilitação de edifícios.

A investigação realizada por Zeemering (2009) e Wheeler (2000) e outros investigadores sugere que as autarquias locais desempenham um papel de liderança, tal como evidenciado por grupos como o grupo de alterações climáticas do Conselho de Autarcas dos EUA e os membros do ICLEI, em rápida expansão, através da sua capacidade única de abordar e gerir questões ambientais, incluindo as alterações climáticas (Zeemering, 2009; Wheeler, 2000). Os "empregos verdes", ou oportunidades de emprego em indústrias que preservam o ambiente, são vistos como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades (Chapelle, 2009; OCDE, 2001, 2006), na medida em que proporcionam emprego diretamente em funções que preservam o ambiente. Deste modo, ajudam a colmatar o fosso entre os objetivos ambientais e económicos, conciliando assim um dos principais conflitos na consecução dos objetivos de sustentabilidade para os decisores políticos (Campbell, 1996).

Diretamente ligado às operações diárias de um município, o aprovisionamento pode tornar-se uma componente essencial do paradigma da sustentabilidade e uma componente mais vasta da estratégia de sustentabilidade de uma administração local. A contratação pública local sustentável, ao fornecer um paradigma mais rico para as aquisições, pode alterar fundamentalmente a forma como estas decisões municipais são arbitradas. As aquisições locais sustentáveis podem ser amplamente realizadas para obter o "melhor valor" de bens e serviços (Murray, 2007; Preuss, 2007) através de uma definição alargada de custos e de uma integração de métricas "triple-bottom line" orientadas para a sustentabilidade. Através desta abordagem, tal como referido por Schaltegger et al. (2003), a eficiência, a consistência e a suficiência podem constituir valores orientadores fundamentais no âmbito da gestão da sustentabilidade.

Dadas as limitações do controlo do governo local e os desafios da governação sustentável, é necessária uma nova coordenação no desenvolvimento e implementação de políticas (Murray, 2007). Os funcionários públicos devem tratar a contratação pública como uma atividade de desenvolvimento económico e como uma política ambiental e, do mesmo modo, examinar as oportunidades de incorporar considerações de equidade. A nova coordenação deve, assim, inverter os silos institucionais internos que impedem a aplicação efetiva das políticas. Ao efetuar estas mudanças, os funcionários públicos devem exercer a criatividade e a

persistência necessárias para um envolvimento novo e não tradicional com departamentos e tópicos.

Todas as organizações são confrontadas com desafios quando optam por incluir a sustentabilidade na sua missão, mas depois de os identificarem, estes devem ser explorados, solvidos ou precavidos no futuro; além disso, as organizações devem aprender com os erros e compartilhar a sua experiência (Sustainable Development Commission, 2011).

Os municípios, por estarem mais próximos dos problemas locais, podem desempenhar um papel crucial na implementação de medidas sustentáveis, incentivando o envolvimento dos cidadãos, com o objetivo comum de atingir o desenvolvimento sustentável. Há várias motivações que podem impulsionar o relato sobre sustentabilidade, por exemplo o benchmarking que compara o que uma organização (município) com organizações concorrentes, por forma a atingir as “melhores práticas” dentro do sector (Greco et al., 2013). Da mesma forma, os Municípios não querem ser ultrapassados comparativamente aos seus pares, da mesma região, e tentam informar-se formal e informalmente para determinar a sua posição sobre as divulgações sobre sustentabilidade (Greco et al., 2013).

Obter o compromisso dos Municípios poderá simplificar-se com a definição de uma estratégia comum e a enumeração dos benefícios da sustentabilidade constante em regulamentação (Sustainable Development Commission, 2011), para evitar que as organizações públicas falhem na abordagem sobre o que consiste e quais as implicações do desenvolvimento sustentável (Blair & Evans, 2004).

Segundo Souter (2012, p.3) atingir completamente o objetivo da sustentabilidade requer que os governos, empresas e cidadãos tratem cada elemento de forma que sejam compatíveis e reconheçam as suas interações e interdependências. Isto é particularmente oneroso num contexto de contínuo crescimento populacional, que requer crescimento económico com taxas comparáveis de forma a sustentar os níveis de prosperidade correntes, o que coloca uma pressão complementar nos recursos finitos incluindo água e terra. Embora os Municípios sejam reconhecidos como estimuladores, o desenvolvimento sustentável é muito mais abrangente do que as mudanças nas políticas e nas atividades municipais.

A passagem para o desenvolvimento sustentável envolve essencialmente mudanças culturais ao nível dos valores individuais e coletivos (Ball, 2004a). Segundo (Rossetto, 2003) a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável à realidade requer medidas por parte de toda a sociedade, entre elas: um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema social capaz de resolver as tensões causadas pelo

desenvolvimento não equilibrado; um sistema de produção que respeite e preserve a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que procure constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

2.1.2 Princípio e posicionamento da agenda 21

Com o propósito de alertar as autoridades locais dos cinco continentes para o ambiente e o desenvolvimento sustentável e estimular a composição de uma rede mundial de cidades que trabalhasse para o desenvolvimento sustentável, foi criado, em 1990, o Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI). Com a exibição do projeto Agenda 21 na Cimeira da Terra, concretizada em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, o desenvolvimento sustentável passou a fazer parte do vocabulário internacional (United Nations, 1992). No projeto exibido, é referenciada a relevância da cooperação e participação dos Municípios, que estão próximos dos cidadãos e que desempenham um papel vital na educação e na mobilização do público, afim de promover um desenvolvimento sustentável. Foi assim lançando o conceito de Agenda 21 Local (United Nations, 1992). Segundo Farinha (2007), a Agenda 21 Local é um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável local, no qual o Município trabalha em parceria com todos os sectores da sociedade para elaborar um plano de ação, implementando-o.

Este documento em primeiro lugar, determinou uma nova colaboração através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, sectores-chave das sociedades e os diferentes povos. Em segundo lugar, promoveu acordos internacionais que honrassem os interesses de todos e defendessem a integridade do sistema global de ambiente e desenvolvimento. Em terceiro, identificou a natureza integral e interdependente do planeta. Neste relatório não são tratadas somente questões relacionadas à preservação e conservação da natureza; são consideradas, entre outras, questões estratégicas relacionadas à criação de postos de trabalho, redução das disparidades regionais, construção de cidades sustentáveis e adoção de novos modelos e instrumentos de gestão. Apesar de não tendo carácter obrigatório para as nações signatárias, traduz-se num compromisso político por parte delas.

O desenvolvimento das Agendas 21 Locais realizam-se mediante um processo com características peculiares. Caracteriza-se como sendo “endémico” e executado pelas autoridades locais juntamente com todos os membros da comunidade, por meio de um grande procedimento de consulta pública. A participação por meio do envolvimento das

instituições e dos cidadãos é obrigatório pois, por meio da sua intervenção, são reconhecidos os problemas locais. O pressuposto era que originasse assim, um sentimento de passagem de testemunho e poder de decisão entre os cidadãos que se auxilia todo o processo, onde a constituição de parcerias entre os membros da comunidade fosse instigado e mais facilmente se alcançasse um consenso para a resolução dos problemas. Entre os principais parceiros a envolver no processo destaca-se a importância de minorias ou grupos de menor representatividade, tais como: desempregados, idosos, organizações não-governamentais, associações de comércio, indústria e comunidade científica, entre outros. No processo de construção e avaliação da Agenda 21 Local devem procurar-se resultados de fortalecimento do poder local, isto é, o alargamento das capacidades, tanto do lado da sociedade civil quanto do poder governamental local, de articular, agregar e gerir políticas públicas, programas e projetos, em direção ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Novais (2000) as principais críticas à Agenda 21 relacionam-se com o seu carácter genérico e com as dificuldades de implementação prática. A Agenda 21 não explicitou os conflitos a serem resolvidos entre governo, municípios e sociedade, o resultado, por esse facto, quase invariavelmente uma inércia. Nesta temática surgiram os relatórios de desenvolvimento sustentável municipais, documentos que permitem aos stakeholders uma visão da contribuição dos municípios para o desenvolvimento sustentável, bem como para a criação de valor destinado aos seus municípios e à cidade em questão. É ainda relatada informação sobre a atividade de empresas municipais, e entidades participadas, que fazem parte da estrutura ao serviço dos municípios. Em alguns relatórios também é apresentada a performance do município e da cidade ao nível do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS / SDG - Sustainable Development Goals) definidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

2.2 Definição e surgimento dos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, foram implementados pelas Nações Unidas em 2015 como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade, (FUND,2015). No total são 17 objetivos que abrangem diversas áreas como a saúde, educação, igualdade de género, questões ambientais e climáticas, paz mundial entre outras.

Cada um destes objetivos tem associado a si diversas metas e métricas para medir se os objetivos previamente definidos estão a ser alcançados. Segundo Valencia et., al (2019), os ODS englobam um conjunto complexo e ambicioso de objetivos, cada um com várias metas que formam um panorama de monitorização por meio de relatórios anuais para a ONU. Portanto cabe a cada governo nacional decidir como incorporar, implementar, e interligar estes objetivos sustentáveis com os seus processos e planeamentos nacionais. Os 17 ODS estão interligados entre alguns deles e existem diversas interações e sinergias complexas entre os mesmos, ou seja, as ações que forem implementadas numa certa área irão afetar os resultados em outras e o desenvolvimento deve estar equilibrado de forma a atingir a sustentabilidade social, económica e ambiental. Embora, esta implementação dos objetivos de acordo com os planeamentos nacionais seja um processo bastante complexo pois pode ser difícil focar-se em todos os objetivos quando estes não estão todos interligados entre si. De acordo com os autores Machingura et al., (2017) as três dimensões de sustentabilidade dentro da Agenda 2030 como um todo estão sem sombra de dúvidas equilibradas.

No entanto, o mesmo não poderá ser dito para cada caso dentro cada um dos ODS, que foram definidos de forma independente para tratar de questões específicas. Enquanto a agenda de 2030 aborda os estados-membros das Nações Unidas principalmente a nível nacional, esta por vezes não sublinha o papel fundamental que os municípios desempenham na implementação de todos os 17 ODS e muitas das 169 metas. Como tal, os ODS devem ser monitorizados não apenas a nível nacional como também em níveis subnacionais/municipais, para verificar se existem sinais de progresso (Valência et al., 2019). Com a definição dos ODS e das suas metas, é necessário que haja adaptações locais que incluem a adaptação dos objetivos e metas para o nível municipal, que diz respeito às suas escolhas e prioridades locais, enquadramentos relevantes para o contexto e a atribuição de valores-alvo válidos localmente.

A implementação é acompanhada por uma monitorização abrangente, que resulta na avaliação do processo de gestão da sustentabilidade. De acordo com Jossin, J e Peters, (2022), não pode existir ao mesmo tempo, a nível global ou regional, um conjunto de indicadores municipais de ODS que sirva igualmente para todos e isto deve-se a uma, a grande diversidade da forma oficial como as estatísticas estão organizadas, bem como as diferentes disponibilidades de dados de providenciados por agentes comerciais e fontes abertas, como bancos de dados científicos e certificações de ONGs.

Assim, conjuntos de indicadores abrangentes são urgentemente necessários para facilitar a monitorização das suas contribuições para o alcance dos ODS. Como temos verificado com o passar do tempo existe cada vez mais existe uma tendência de êxodo rural e segundo as Nações Unidas 68% da população irá estar a viver em áreas urbanas em 2050. Esta migração pode acontecer por diversas razões: oportunidades de trabalho, procura por melhores condições de vida, educação, lazer, saúde entre outras. No entanto apesar de isto potenciar alguns benefícios para a pessoa em questão que se mude para a cidade, segundo (Elias et al., 2017) isto só irá contribuir de certa forma para um aumento da poluição pois as cidades são responsáveis por consumir 70% dos recursos naturais do planeta como a água e energia, para além de que estão a correr o risco de não conseguir encontrar emprego, contribuir para uma ainda maior exaustão dos sistemas de saúde e serem vítimas de vulnerabilidade social e xenofobia.

A qualidade de vida no meio urbano pode ser melhorada mediante o seguimento do caminho dos ODS para um desenvolvimento mais equilibrado e igualitário. A ideia incorporada nos ODS prevê uma perspetiva mais sustentável do desenvolvimento urbano, proporcionando oportunidades iguais para todos os cidadãos, formando intervenientes ativos no desafio do desenvolvimento sustentável (Dwivedi et al., 2021, Kamble e Bahadure, 2021).

Stevens et al., (2016) afirmam que a Agenda 2030 foi definida através de um processo longo, aberto e transparente, envolvendo muitos participantes em todos os momentos da elaboração. As decisões foram realizadas por meio de uma ação coletiva global, introduzindo novas práticas num processo político complexo que introduziu novos agentes, novas ideias e novas ações para a sustentabilidade.

Em prol disto, surge uma necessidade urgente de mudar o modo de pensar urbano e começar a pensar em logo prazo através da concessão de um plano que englobe o desenvolvimento e construção de infraestruturas, de modo a superar os desafios relativos à urbanização e é nesse contexto que surgem as “Smart Sustainable Cities” (SSCs).

Segundo (ITU-T FG-SSC, 2014, ITU-T FG-SSC, 2016) uma cidade sustentável é uma cidade inovadora que utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e outros meios para: melhorar a qualidade de vida; aumentar a eficiência da operação e dos serviços urbanos; competitividade; assegurar que ao mesmo tempo que existe este desenvolvimento as necessidades das gerações presentes e futuras no que diz respeito à economia, questões sociais e ambientais irão ser atendidas.

Para auxiliar na sua definição e também num planeamento mais estruturado para eventualmente alcançar a sustentabilidade (Giffinger et al., 2007). Dividiu em as cidades sustentáveis em 6 dimensões que são as seguintes: Smart Economy (competitividade); Smart Environment (Recursos naturais); Smart Governance (participação); Smart Living (qualidade de vida); Smart Mobility (Mobilidade/Transportes e as TIC); and Smart People (capital social e humano).

2.3. Como implementar e avaliar os ODS nos diferentes municípios

O desenvolvimento sustentável das cidades é um tópico cada vez mais relevante na literatura. Alguns autores têm enfatizado a necessidade de uma abordagem baseada em sistemas para reconhecer benefícios e sinergias, para orientar a gestão de trade-offs inevitáveis, a fim de identificar prioridades (Bai et al., 2016). O tema não é novo e tem sido menosprezado ao longo do tempo, provocando impactos ambientais que em muitas partes do planeta são visíveis atualmente.

A literatura tem defendido a necessidade de se identificar indicadores que incorporem as diferentes contribuições associadas a cada ODS (Giannetti et al., 2020). Alguns autores introduziram um modelo 5SEnSU, enquanto outros propuseram um índice de bem-estar sustentável (Costanza et al., 2016). Foi demonstrado que o PIB per capita não consegue captar todos os aspetos da sustentabilidade económica (D'Adamo et al., 2022). Além disso, a literatura também coloca muito ênfase nos rankings, com o objetivo de aumentar a consciencialização e a responsabilidade das cidades para alcançar os ODS (Cheng et al., 2022, García López et al., 2021). Para alguns autores, a maior importância dada aos fatores de uma economia baseada no conhecimento conduz a um aumento da competitividade do país, o que pode também melhorar a sustentabilidade. A abordagem utilizada baseia-se na análise de múltiplos critérios (Širá et al., 2020).

Um exemplo de um estudo efetuado às cidades italianas por D'Adamo et al (2022) baseado em MCDA (Multi-criteria decision analysis), um método frequentemente utilizado na literatura. Uma vez agregados e atualizados todos os inputs, (103 cidades e 45 indicadores), foi realizado um processo de normatização. Como resultado, para cada indicador, foram identificados os valores máximo e mínimo associados às várias cidades, aos quais foi atribuído um valor de 1 e 0, respetivamente. De seguida, atribuiu-se um valor intermédio

calculado com base nos valores máximos e mínimos das restantes cidades. O indicador global de sustentabilidade foi obtido através do produto dos valores e pesos dos critérios.

Para o efeito, foi construído um quadro baseado numa série de critérios que foram identificados para desenvolver um plano de sustentabilidade. O objetivo do trabalho foi não só medir o desempenho de cada cidade, mas também identificar como este desempenho pode ser melhorado. O quadro foi composto por 21 critérios de acordo com a literatura e validado por especialistas. Os critérios foram comparados através de duas metodologias diferentes: AHP (Saaty, 2008) e a escala de 10 pontos baseada na análise da Escala de Likert (Dawes, 2008).

Os autores Glass, et al. (2023), defendem também uma abordagem da qual denominam de parcerias multilaterais (PMA), que envolvem um conjunto diversificado de partes interessadas, reduzam as lacunas de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora a literatura existente sugira que as PMA podem complementar os esforços liderados pelo Estado em matéria de governação ambiental e de sustentabilidade, continua a faltar uma compreensão mais profunda da composição, do âmbito temático e das funções específicas de governação das PMA para os ODS.

Embora o termo sofra frequentemente de ambiguidade concetual (Pattberg et al., 2012), os PMA são geralmente considerados acordos voluntários de colaboração entre agentes de diferentes setores da sociedade que trabalham à escala nacional para implementar objetivos de política pública (Pattberg et al. 2016). A literatura académica tem salientado reiteradamente o seu potencial para complementar os esforços meramente governamentais na gestão da sustentabilidade (Andonova, 2014; Pattberg et al., 2012; Stafford-Smith et al., 2017; Biermann et al., 2012), desempenhando uma série de funções de administração, como a produção e divulgação de conhecimentos, a definição de normas e a facilitação da participação na tomada de decisões e na implementação (Andonova et al., 2003).

Mugagga e Nabaasa (2016) sugerem que, através do planeamento estratégico e da cooperação - juntamente com um maior compromisso entre os Estados membros para aumentar os seus recursos hídricos, aumentando assim o investimento no sector, elaborando políticas sustentáveis e colaborando com as comunidades vizinhas - a gestão dos recursos hídricos no continente africano poderia ser um precursor fundamental para a realização dos ODS.

Para Sachs (2012), é fundamental que o setor privado esteja envolvido desde o início e os ODS exigirão que as sociedades mundiais invistam adequadamente no seu sucesso. Os ODS devem também incluir incentivos para que as empresas municipais de serviços públicos reportem os seus esforços de indicadores aos organismos nacionais, de modo a permitir que as agregações ocorram a nível nacional (Malik et al., 2015).

Além disso, Rickels et al. (2016) afirmam que o desenvolvimento da agenda geral e do quadro de indicadores foi - e continua a ser - organizado de forma a incluir diferentes opiniões e conhecimentos de diferentes especialistas, parceiros e partes interessadas. De acordo com Gupta e Vegelin (2016), a monitorização do compromisso terá de vir da comunidade académica, bem como das ONG.

Para Giupponi e Gain (2016), as avaliações baseadas em indicadores são uma solução operacional pragmática para apoiar a monitorização de fenómenos através de uma série de imagens estáticas sobre o estado das variáveis do sistema social e ambiental. De seguida, é importante comunicar posteriormente as suas evoluções de forma concisa e eficiente. No entanto, o principal desafio da monitorização da implementação dos ODS será a disponibilidade de dados globais brutos comparáveis em detalhe e qualidade adequada em intervalos de tempo regulares.

De acordo com Sachs (2012), os ODS devem incluir dados precisos, atempados e disponíveis para os gestores, os decisores políticos e o público em geral. Malik et al. (2015) observaram que os ODS devem ser "aspiracionais, universais, comunicáveis e mensuráveis", e devem estabelecer as pedras angulares para que outros países alcancem os objetivos globais entre 2015 e 2030. Hák et al. (2016) afirmam que o quadro de indicadores para os ODS necessita de um trabalho concetual e metodológico mais intenso, em vez de se limitar a produzir novas estatísticas sociais, económicas e ambientais. É necessária informação mais global, integrada e cientificamente fundamentada no que respeita ao Desenvolvimento Sustentável.

Costanza et al. (2016) destacam que é necessário desenvolver indicadores agregados que possam avaliar a contribuição relativa de cada ODS e a sua interação entre si, a fim de avaliar o progresso geral e desenvolver um quadro de reforma política e de mudança social. A concretização dos ODS tem de ser avaliada e seguida por metas e indicadores, e todos eles devem ser cuidadosamente analisados por cientistas especializados, a fim de reforçar um indicador amplamente negligenciado, que tem particular relevância (Hák et al., 2016).

Uma abordagem alternativa para medir o desempenho dos ODS é fornecida pela medida de distância da OCDE (OCDE, 2017). A sua abordagem consiste em calcular a distância padronizada a um objetivo específico para cada indicador. Isto é feito dividindo a distância absoluta de um país ao objetivo e dividindo este número pelo desvio padrão no desempenho de todos os países no indicador avaliado. Os valores inferiores a 0 (o país ultrapassou o objetivo) são definidos como 0. Assim, o desempenho relativo de um país dependerá fortemente dos países que foram incluídos para calcular o desvio padrão (Miola et al 2019).

Para os autores (Nadin, V., et al.,2018) existem 3 indicadores principais frequentemente utilizados como base para a análise da gestão e do ordenamento do território (ou seja, mecanismos, instrumentos e recursos de governação), para o medir o progresso do ODS 11, que são:

- Indicadores processuais - centrados nos mecanismos de governação e de coordenação institucional que visam o desenvolvimento territorial e que são identificáveis num determinado contexto.
- Indicadores instrumentais - centrados nos instrumentos de ordenamento do território, programas e outros tipos de dispositivos que, de uma forma ou de outra, influenciam o desenvolvimento territorial num determinado território.
- Indicadores Financeiros - incidindo sobre os vários tipos de apoios económicos ativados para a promoção do desenvolvimento territorial (sustentável) num dado contexto e a capacidade de acesso aos mesmos.

Em contrapartida, a avaliação de cidades sustentáveis é geralmente medida seguindo os indicadores para as metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations, 2015), que são o padrão internacional para monitorizar o desenvolvimento urbano sustentável. Neste contexto, um índice particularmente interessante é o Índice de Desenvolvimento Sustentável ao Nível Municipal (Abreu, António, & Cerol, 2020), que atribui pontuações a todos os municípios portugueses com base em 130 indicadores (115 únicos) associados a esses objetivos.

2.4 Dificuldades, Limitações e Desafios na Implementação dos ODS

No passado, vários estudos analisaram a relação entre as despesas do setor social e o crescimento económico. Os estudos de Joshi, S. (2006) e Panchamukhi, P. R. (2000) examinaram estas tendências nas despesas públicas e o impacto no desenvolvimento humano. Outros estudos investigaram a forma como a despesa do setor social em vários ODS, como a educação, a saúde, o saneamento, a água potável, etc., resulta num maior desenvolvimento humano, conduzindo a sociedades mais holísticas Kannan, K. P., & Pillai, N. V. (2007). Estes estudos afirmam que a realização dos objetivos dos ODS exige um aumento significativo das despesas do setor social Sachs, J., Massa, I., Marinescu, S., & Lafortune, G. (2021).

Isto exige um investimento em grande escala que ultrapassa o orçamento que os governos dispõem para a implementação dos ODS e, em especial, a fiscalidade dos países em desenvolvimento (PED) como a Índia. O Fundo Monetário Internacional, em 2019, juntamente com a Rede de Soluções Sustentáveis da ONU (SDSN), declarou que os custos financeiros incrementais da realização dos ODS para o mundo em desenvolvimento conduzirão a um fosso que está para além dos meios destes países (Gaspar, V., Amaglobeli, M. D., Garcia-Escribano, M. M., Prady, D., & Soto, M. (2019). Devido à COVID-19 e à guerra na Ucrânia, os países em desenvolvimento foram colocados numa situação muito deletéria em termos de realização dos ODS. Estima-se que os contratempos económicos devidos à pandemia tenham um impacto de dois anos de atraso na administração dos ODS.

Os modelos atuais de gestão e prestação de serviços para o fornecimento de bens públicos são limitados devido às fracas convenções e coordenação intergovernamentais (Waage et al., 2015). Os desafios da capacidade de governo no sector público são uma questão prioritária que deve ser abordada. A falta de recursos e de capacidade para a implementação e coordenação dos ODS é outro desafio complexo que os ODS enfrentam. É parcialmente atribuído às falhas de coordenação entre os diferentes países, quando estes colocam individualmente os seus próprios interesses a curto prazo à frente da prestação de um bem público global de forma cooperativa (Nhamo, 2017).

Um estudo realizado por Krellenberg, K., & Koch, F. (2021) afirma que os debates acerca das transições em prol da sustentabilidade nas cidades têm lugar num ambiente altamente politizado. A aceitação de medidas para cidades mais sustentáveis (por exemplo, a

redução da utilização do automóvel individual) afeta as questões económicas, bem como os hábitos diários de uma grande parte da população urbana. Por conseguinte, a investigação em co-design sobre os ODS tem de compreender a dimensão política das transformações urbana (Romero-Lankao et al., 2018). Por um lado, os processos de conceção conjunta para apoiar as transformações da sustentabilidade urbana devem identificar potenciais conflitos entre medidas politicamente viáveis e, por outro lado, medidas que parecem necessárias do ponto de vista científico. Isto exige não só a transferência ciência-política, mas também métodos de transferência política-ciência, como o conhecimento sobre a definição da agenda e as tendências temporais da política local.

A co-conceção parece ser um método adequado para garantir esses processos de aprendizagem mútua e para produzir o conhecimento sobre como implementar os ODS. A autora menciona obstáculos específicos de cidades alemãs como o problema de os efeitos da intervenção a nível local para a sustentabilidade à escala global requererem mais atenção, a fim de reconhecer as iniciativas locais e realçar o seu contributo para os grandes desafios que se colocam (Elmqvist et al., 2019). Questões como: Qual é o efeito global da eletrificação dos transportes públicos numa cidade? exigem uma cooperação rigorosa entre a investigação urbana e a prática para serem realizadas. Por exemplo, em processos de co-design, uma vez que isto exige medidas quantitativas e análises comparativas, bem como trabalho de previsão e/ou backcasting.

De acordo com Kumi et al. (2014), os princípios de uma agenda económica neoliberal, como a comercialização, a desregulamentação, a privatização e os vários cortes na despesa pública, podem, de certa forma, dificultar o desenvolvimento sustentável, aumentando a pobreza e a desigualdade. Kumi et al. (2014) também sugerem que as teorias económicas do neoliberalismo têm implicações para os ODS e passam a fazer parte de uma agenda fundamental que orientará a intervenção social, económica e de desenvolvimento nos próximos quinze anos. Além disso, as disposições para a implementação dos ODS nos Estados Membros da ONU não foram elaboradas em pormenor durante a fase de negociação dos princípios da soberania nacional e da subsidiariedade. Como resultado do facto de a Agenda 2030 ser tão ampla e extensa, é mais difícil definir os processos de implementação e eventual responsabilidade (Persson et al., 2016).

Acresce que a teoria da abordagem da paisagem - uma estratégia integrada e multifacetada que visa reunir vários atores e setores que transcendem os limites tradicionais

da gestão - continua incompleta e os obstáculos à sua implementação persistem (Reed et al., 2016).

Conforme Koehler (2016), no que diz respeito às políticas de desigualdade de género, entre outros tipos de desigualdade, os ODS são modestos e não apresentam consistência. Isto deve-se principalmente ao facto de as propostas políticas relativas à igualdade de género e à justiça climática serem frequentemente dispersas, graduais e fragmentadas.

Plagerson et al., (2016) identificam dois obstáculos significativos para a erradicação da pobreza e da desigualdade através da proteção social: a complexidade crescente e o compromisso exigido às respostas de proteção social quando se passa da pobreza unidimensional para a desigualdade multidimensional e, a convergência escassa de argumentos de princípios para combater a desigualdade. Os autores sugerem que um forte mandato ético poderia ajudar a clarificar os propósitos da proteção social e reforçaria e acrescentaria precisão aos esforços em curso para acelerar a trajetória em direção à proteção social.

Além disso, é necessário conceber formas inteligentes de ligar a abordagem “top-down” dos ODS a uma agenda global de ação local de “bottom-up”. Os ODS devem pertencer a todos os cidadãos do mundo, e o avanço das TIC proporcionam excelentes condições para que os jovens sejam os pioneiros do futuro de uma forma eficiente e económica (Chin et al., 2015).

De acordo com Urmee e Md (2016), uma das maiores dificuldades de um programa sustentável a longo prazo é a compreensão das atitudes e das necessidades energéticas da comunidade e o envolvimento dessa comunidade no planeamento e na conceção de tais programas. Diferentes comunidades têm diferentes atitudes sociais e culturais que podem potencialmente prejudicar o sucesso da implementação de programas de eletrificação em zonas rurais.

3. Metodologia

Como mencionado anteriormente foi realizado um estágio curricular na Câmara Municipal do Porto com a duração de 5 meses. Esta experiência profissional decorreu no Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos, sendo atualmente, composto por 4 pessoas, e é responsável por desenvolver estudos de relevância para capacitar a tomada de decisão das autarquias, bem como as decisões dos portuenses, dos investidores e do tecido empresarial. Para além da realização do reporte de sustentabilidade desde 2017, o Gabinete tem vindo a realizar outros estudos como o “Boletim Económico do Porto”, uma plataforma digital que procura dar resposta à necessidade de informação diversificada em formato digital e de forma acessível e auxiliar no desenvolvimento e implementação de melhores políticas públicas. A plataforma, que será lançada futuramente, agregará informação de diversos indicadores socioeconómicos, agrupados em oito categorias principais: Macroeconomia, Empresas, Turismo, Demografia, Saúde, Talento, Imobiliário e Transações Multibanco. Adicionalmente, será também possível, através da plataforma, aceder a *dashboards* relativos à posição da cidade em termos de Desenvolvimento Sustentável e a uma categoria que permite posicionar o Porto no panorama internacional, tendo como comparativo outras cidades europeias.

Nestes tempos atuais com a mobilidade internacional de trabalhadores, a atração e retenção de talento e de empresas competitivas, foi considerado fundamental a realização de um estudo de diagnóstico e prospeção do mercado residencial da cidade. Consequentemente o Gabinete realizou um estudo em que teve como objetivos e pressupostos fundamentais: Estudar as tendências no mercado residencial a médio-prazo; auscultar os consumidores quanto à propensão de compra e venda ou arrendamento de imóveis no Porto e na sua área de influência; aferir os impactos da pandemia da COVID-19.

Este Trabalho Final de Mestrado é de natureza teórico-prática e, portanto, a metodologia escolhida para este trabalho vai ser baseada numa abordagem qualitativa com uma orientação empírica e irá utilizar uma estratégia de investigação-ação. Será realizada uma revisão da literatura extensa sobre os principais conceitos ligados à sustentabilidade e como é que estes podem ser aplicados nas cidades, tal como a pesquisa na literatura de outros estudos que já tenham sido realizados em outras cidades e como é que estes podem ser implementados na cidade do Porto (benchmarking). Esta pesquisa irá ser realizada através do *ISI Web of Knowledge/Web of Science (WoS)*, Google Académico entre outras fontes de dados. O objetivo com esta pesquisa será perceber se a metodologia que foi encontrada na literatura pode ser utilizada para o meu caso de estudo que será neste caso o município do Porto.

4. Identificar e mapear as iniciativas do município em desenvolvimento sustentável e no âmbito da agenda 2030 da ONU

Como já foi referido anteriormente o caso de estudo selecionado será o município do Porto. O Porto é uma cidade portuguesa e capital da sub-região da Área Metropolitana do Porto e da região do Norte, pertencendo ao distrito do Porto. A cidade do Porto tem uma população de cerca de 237.000 habitantes enquanto a região metropolitana do Porto tem uma população de cerca de 1,7 milhão de habitantes.

O Porto é um centro económico importante em Portugal, com um PIB per capita acima da média nacional. A cidade tem uma economia diversificada, com destaque para o setor de serviços, como o turismo, a tecnologia da informação e as finanças. A indústria também é um setor importante, com destaque para a indústria têxtil e de vestuário, bem como a produção de vinho do Porto. A cidade é o principal centro de distribuição e logística do norte de Portugal, sendo servida por um grande porto e um aeroporto internacional.

A Câmara Municipal do Porto é o órgão responsável pelo governo do município, e é composta por um presidente e um conjunto de vereadores eleitos a cada quatro anos. A cidade é dividida em sete freguesias administrativas: Aldoar, Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Foz do Douro, Lordelo do Ouro/Massarelos e Paranhos. Cada freguesia é liderada por um presidente eleito e uma assembleia de representantes locais.

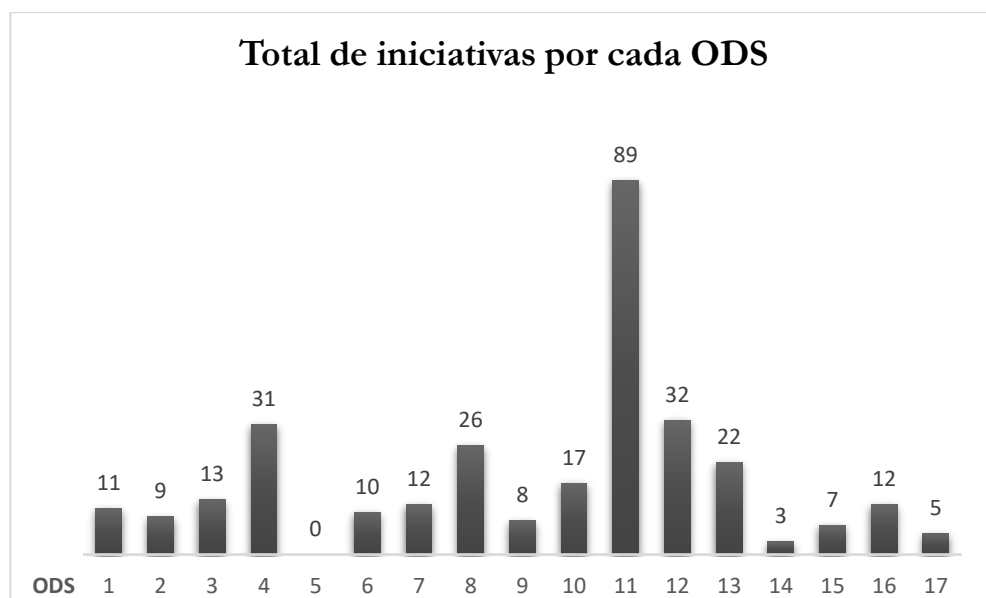
O Porto tem vindo a trabalhar o tema do desenvolvimento sustentável, de acordo com as melhores, práticas, sendo que este relato consubstancia esse trabalho e está alinhado com diversos referenciais internacionais (entre os quais a Global Reporting Initiative (GRI), Carbon Disclosure Project (CDP) e a ISO 37 120).

Em 2021, o Município realizou o quinto relatório de sustentabilidade municipal seguido, sendo que o tema desse relatório é o Porto neutro em carbono, onde foi exposto o trajeto que o Porto tem vindo a percorrer em matéria de mitigação de riscos, adaptação às alterações climáticas e na descarbonização. Os objetivos nos quais a cidade tem alicerçadas mais medidas são, à cabeça, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, seguido de “Erradicar a Pobreza”, “Água Potável e Saneamento”, e “Produção e Consumo Sustentáveis”.

O gráfico em baixo diz respeito ao total de medidas que o município do Porto implementou nos últimos anos com o fim de atingir os 17 objetivos de desenvolvimento

sustentável. A informação relativa ao gráfico foi recolhida através dos relatórios de desenvolvimento sustentável de 2020 e 2021 e outros estudos realizados durante o estágio.

Figura 1 - Total de Iniciativas do Município do Porto



Fonte: Elaboração Própria

Em análise, podemos verificar que no município nestes anos já realizou mais de 300 medidas/projetos com vista ao cumprimento dos ODS, e investiu mais de 80 milhões de euros total em todas essas medidas. Sendo que segundo constam nos relatórios, em 2020 foram gastos mais de 27 milhões de euros em aquisição e reabilitação de património habitacional, 2,65 milhões no projeto “Porto Solidário “, 6,5 milhões no que diz respeito a despesas associadas à mitigação da pandemia, 11,4 milhões em medidas associadas à mobilidade e transportes, o que resultou em mais de 4700 passes gratuitos para jovens abaixo dos 18 anos entre outras medidas.

Numa análise mais detalhada ao gráfico em cima, podemos verificar que existe uma grande aposta por parte do município no decimo primeiro objetivo, que diz respeito a tornar as cidades e os aglomerados humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Com base na constante globalização que a cidade tem vindo a passar, com cada vez mais empresas internacionais a se instalarem e apostarem no Porto, pelo turismo crescente e por ser um

destino de eleição para os nómadas digitais podemos verificar que a cidade tem feito um trabalho exímio em se tornar inclusiva e segura para todos seus habitantes e visitantes.

O município tem feito uma grande aposta em Sistemas de Gestão que salvaguardem a correta administração do município e da Cidade do Porto. Não só numa perspetiva de segurança, mas com as recentes crises de habitação o município criou um programa que consiste em contratar o arrendamento de habitações privadas com vista à colocação da habitação no mercado de renda acessível, atribuindo um conjunto de benefícios fiscais e condições vantajosas de manutenção das habitações aos senhorios que participarem, sendo este o programa em cima mencionado denominado “Porto com sentido “. Ainda dentro do tópico da habitação, o programa “Porto Solidário “, conta já com 9 edições onde intervém no Apoio à Habitação, Apoio à Inclusão dos Cidadãos com Deficiência e Solidariedade Social, com uma dotação global de cerca de 2,7 milhões de euros para apoiar pessoas e famílias em situação de grave dificuldade financeira, na sua obrigação de pagamento de renda ou prestação bancária relativa à habitação.

Abordando outros pontos fortes da cidade, podemos ver que existe também alguma aposta no ODS 4 que está ligado à educação, resultando na baixa taxa de analfabetismo, altos níveis de transição e conclusão do ensino básico e secundário, e ainda ter 50% da população com idade entre os 30 e 34 anos com o ensino superior. O maior programa nesta temática será provavelmente a “Estratégia da Juventude do Porto 4.0 “, trata-se de um documento orientador destinado aos Jovens, sendo esta, a quarta versão de um Plano Municipal da Juventude, que remonta a 2009. Neste documento orientador das políticas e atividades da juventude do Porto são estabelecidos grandes objetivos estando principalmente assente em 5 Objetivos da Juventude do Porto: Empregabilidade jovem; Aprendizagens de qualidade; Diversidade e igualdade de oportunidades; Ambiente e desenvolvimento sustentável e Participação Jovem.

Outro ODS que merece ser destacado é o décimo segundo, respetivo a reduzir o desperdício global de alimentos na produção e consumidor e alcance da gestão ambientalmente saudável de produtos químicos ao longo de seu ciclo de vida. Com base no alcance das diretrizes estabelecidas por este objetivo, foi fundado o Centro de Transição Energética onde existe uma atuação em sintonia com a promoção do desenvolvimento de soluções de tecnologia em áreas como a produção descentralizada, a mobilidade elétrica e a iluminação pública. Foi também criado o projeto ECOVAL, que tem como enfoque uma nova abordagem à gestão de bio resíduos e lamas provenientes das ETAR. Provavelmente a medida mais

significativa ligada a este ODS foi a adesão ao Pacto Português para os Plásticos, ao Historic Cities Against Plastic Waste, uma rede composta por mais de 50 cidades europeias, especialmente vulneráveis no que diz respeito aos problemas associados à poluição dos plásticos, e onde espera aprofundar estratégias com os peritos sobre bioplásticos e alternativas plásticas biodegradáveis e a European Circular Cities Declaration, concebida para ajudar a acelerar a transição de uma economia linear para uma economia circular na Europa.

Apesar de não ser dos objetivos com maior nº de medidas/projetos para o seu atingimento, não poderá deixar de ser mencionado pois o município tem adotado medidas inovadoras e feito um trabalho exímio na prossecução do mesmo, estando a falar do 7º ODS, que tem como linhas orientadoras o acesso universal a energia renovável e acessível para todos, expandir a infraestrutura e atualizar a tecnologia para fornecer serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento entre outros. Em 2020, houve uma mudança estrutural na iluminação da cidade, que trouxe a substituição de toda a iluminação pública por luzes LED. Prosseguindo com os seus planos de descarbonização, a Câmara Municipal concedeu em 2020, o fornecimento de energia elétrica 100% renovável, para todas as infraestruturas municipais, tendo alguns dos seus edifícios galardoados com prémios dedicados a edifícios sustentáveis. Para terminar dentro deste tema das energias renováveis o município tem vindo a fazer os possíveis para que toda a sua frota automóvel seja composta por veículos movidos por fontes de energia renovável.

No entanto, a cidade não tem apenas pontos positivos, segundo constam os dados presentes nos relatórios de sustentabilidade passados, o município não realizou nenhum projeto nem implementou nenhuma medida para atingir o 5º objetivo, que está ligado a questões de igualdade de género. Nos dias de hoje ainda existe uma diferença salarial mesmo que mínima, entre ambos os sexos, sendo esta uma questão ainda muito debatida dentro das empresas.

Posteriormente, o segundo ponto menos trabalhado por parte do município é o ODS 14, que diz respeito à proteção da vida marinha. Porem, 3 das inúmeras praias do Porto foram pelo 14º ano consecutivo condecoradas com a bandeira azul. As zonas balneares de Gondarém e do Homem do Leme foram, igualmente, premiadas com o galardão “Praia com Qualidade de Ouro”, atribuído pela associação ambientalista Quercus. Para receber esta distinção, atribuída pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, uma zona balnear tem de apresentar uma qualidade da água excelente nas últimas quatro épocas balneares e todas as análises do último ano devem passar nos critérios mais apertados da diretiva

comunitária sobre as águas balneares. Segundo consta no relatório de 2021, na área da proteção e conservação foi desenvolvido o projeto “Estudo de Medidas de Proteção e Conservação das Águas Balneares do Município do Porto”, nomeadamente o diagnóstico da situação existente, baseado na análise dos resultados de diversos trabalhos de inspeção e monitorização realizados. Portanto, podemos assumir que mesmo que não existam muitas medidas ligadas a esta temática não significa que o município esteja a fazer um mau trabalho na prossecução deste objetivo.

O objetivo 17 que tem o intuito de instigar a criação de parcerias para a implementação dos objetivos, é um ponto a melhor pelas autarquias responsáveis pela cidade, sendo que apesar de em 2021 ter sido fundado o Plano Diretor Municipal que desenvolve a capacidade de afirmação do Porto às escalas regional, nacional e internacional e a adesão ao Cities Forum, evento onde se discutem problemas na gestão de cidades, a adesão também à rede Eurocities, ao projeto supervisionado pela mesma o “ CityMeasure “ que se baseia numa partilha de conhecimentos e experiências entre cidades europeias, existem muitas outras redes internacionais e nacionais que o município pode aderir como poderemos ver uns capítulos mais à frente, onde poderá obter uma maior conhecimento, encontrar oportunidades de networking com cidades que estejam alguns passos à frente na prossecução dos ODS.

O nono objetivo também se apresenta como um dos menos “trabalhados” por parte do município, este tem como propósito garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria. Para além da construção do Terminal Intermodal de Campanhã, podemos destacar a criação da InvestPorto, responsável pela atração e dinamização de investimento para a cidade do Porto, trabalho este responsável por um recorde estimado em 1,3 milhões de euros, e 3 305 novos postos de trabalho em 2021. No entanto ainda existem áreas dentro deste ODS com oportunidade de melhoria como por exemplo a proporção elevada de beneficiários de RSI ou a indústria produzir menos VAB por pessoa ao serviço e aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados.

5. Principais referenciais e toolkits internacionais para o reporte local dos ODS

Com os dados cada vez mais acessíveis e disponibilizados rapidamente, os decisores políticos requerem alguns indicadores-chave de performance (KPI) precisos, mas abrangentes, para compreenderem com fiabilidade o seu nível de desenvolvimento inteligente e sustentável (Huovila et al., 2019). Atualmente, existem muitos quadros de avaliação e *toolkits* que foram desenvolvidos com vista a auxiliar as cidades sustentáveis na identificação dos domínios que requerem mais investimentos, bem como uma comparação entre cidades. Na tabela em baixo encontramos os principais *toolkits* e referenciais para o reporte dos ODS:

Tabela 1 - Lista de toolkits internacionais para o reporte dos ODS

Nome	Dimensões	Nº de indicadores	Fundador
SDG National Reporting Initiative	Os 17 objetivos da ONU e as 169 metas associadas	242	UN Inter-agency Expert Group on Sustainable Development Goals (IAEG-SDGs)
Urban Sustainability Index	Bem-estar social, ambiente, economia	23	Li, Li, Woetzel, Zhang, and Zhang (2014)
The United for Smart Sustainable Cities (U4SSC)	Energia; educação, saúde e cultura; ambiente; infra-estruturas; TIC; produtividade; segurança, habitação e inclusão social	91	ITU, UNECE e UN-Habitat
SDG Monitoring and Reporting Toolkit for UN Country Teams	Os 17 objetivos da ONU e as 169 metas associadas	231	Inter-Agency and Expert Group on SDG Indicators (IAEG-SDGs)
CITYKeys Indicators for Smart Cities	Pessoas, planeta, prosperidade e governança	76	Bosch et al. (2017)

The Municipal Sustainability Index (ISM)	Os 17 objetivos da ONU e as 169 metas associadas	133	CESOP LOCAL
UNICEF's National Budget Briefs	Educação, Setor da Juventude, Proteção das Crianças, Proteção Social, Saúde, Água, Higiene e Saneamento e Desenvolvimento Infantil	Não definido	UNICEF
The SDG Partnership Accelerator	Os 17 objetivos da ONU e as 169 metas associadas	244	UN DESA, UNOP, UNSDG, UN GLOBAL COMPACT
UNDG Social Protection Coordination Toolkit	ODS – 1,2,3,5,10	Não definido	ILOP, UNDP, UNICEF, UNHCR
Reference Framework for Sustainable Cities (RFSC)	Ambiental, Social e Económico	33	Council of European Municipalities and Regions (CEMR)
The Heightened Risk Identification Tool	Idosos, Crianças, Adolescentes e Mulheres em risco; Proteção jurídica e física; Saúde e deficiência	Não definido	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR)
SDG Actions Platform	Os 17 objetivos da ONU e as 169 metas associadas	244	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU
The Nightingale Information System and SDG Index	Os primeiros 15 objetivos da ONU e 36 objetivos principais do município de Kópavogur's	94	Gabinete de TI do município de Kópavogur
Business Intelligence Paraná de Olho nos ODS	45 metas em 14 ODS	87 a nível municipal e 112 a nível estadual	Paraná State Company for Information Technology and Communication (Celepar) and e Paraná Institute of Economic and Social Development (Ipardes)

B Impact Assessment	Governança, Trabalhadores, Comunidade, Ambiente e Clientes	16	B Lab
City Resilience Framework – 100 Resilient Cities	Saúde e Bem Estar; Economia e Sociedade; Ambiente e Infraestruturas; Liderança Estratégica	52 indicadores e 12 metas	Fundação Rockefeller
carbonn Cities Climate Registry (cCCR)	Indústria; Eficiência Energética; Energias Renováveis; Fornecimento de Energia; Edifícios e Adaptações	1977 metas	Carbon Disclosure Project (CDP) e ICLEI
European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews	Ciência Política; Energia e Transportes; Ambiente e Alterações Climáticas; Inovação e Crescimento	72	Comissão Europeia

Fonte: Elaboração Própria

O Guia Global para Relatórios de Sustentabilidade (Global Reporting Initiative - GRI) - Embora não seja específico para os ODS, o GRI é um dos principais referenciais internacionais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Ele fornece diretrizes abrangentes para a divulgação de informações sobre desempenho económico, ambiental e social, que podem ser adaptadas para incorporar os ODS. Várias organizações desenvolveram diretrizes para os relatórios de sustentabilidade. Estas foram estabelecidas para facilitar a divulgação e a comparação entre os vários relatórios sobre questões sociais, ambientais, éticas e de governação. As mais influentes a nível internacional são as diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade desenvolvidas pela *Global Reporting Initiative (GRI)*. Estas diretrizes são o resultado da cooperação entre investigadores, indústrias e consultores (Dumay et al., 2010).

As origens do GRI remontam à organização Coalition for Environmentally Responsible (CERES) que, em 1997, criou o departamento GRI, cujo objetivo era criar mecanismos de responsabilização para garantir que as empresas seguissem os princípios CERES para uma conduta ambiental responsável, incluindo, entre outros, a utilização sustentável utilização sustentável dos recursos, a poupança de energia e a proteção da natureza (Laird, 2010). Em 2000, a GRI lançou a sua primeira versão das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade e, em 2001, separou-se da organização CERES.

O objetivo destas informações é ajudar as partes interessadas a compreender o contexto de uma empresa. A informação refere-se a três temas principais de impacto económico, social e impacto ambiental. Por sua vez, cada um dos temas principais está dividido em subtemas. O interesse crescente nos relatórios de sustentabilidade do sector público levou a GRI a lançar, em 2005 um suplemento denominado Suplemento para Entidades Públicas, especificamente concebido para organizações públicas (Dumay et al., 2010). As Normas GRI são um sistema modular de normas inter-relacionadas. Estão divididas em três conjuntos de Normas que apoiam o processo de relato: as Normas Universais GRI, que se aplicam a todas as organizações; as Normas Sectoriais GRI, aplicáveis a sectores específicos.

Em 2014, a Organização Internacional de Normalização (ISO) publicou a norma 37120: Desenvolvimento Comunitário Sustentável - Indicadores para Serviços Urbanos e Qualidade de Vida. Trata-se da primeira norma internacional desenvolvida para as cidades e foi posteriormente atualizada em 2018 (Mendes, 2020).

Esta norma, como parte de uma nova série de *standards* internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao progresso de condições de vida nas cidades, pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável das mesmas. Dela fazem parte um conjunto de 100 indicadores (46 essenciais e 54 complementares), agrupados de acordo com 17 temas relacionados com serviços e qualidade de vida, padronizando assim a medição do desempenho económico, social e ambiental de uma cidade.

O resultado da certificação, pela análise dos indicadores, traduz-se em benefícios para a cidade, nomeadamente governo e prestação de serviços mais eficazes; referências internacionais e metas atingidas; *benchmarking* local e planeamento; tomadas de ações informadas por políticos e gestores das cidades; aprendizagem através das cidades; alavancagem de financiamento e reconhecimento em entidades internacionais; alavancagem de financiamento por cidades com níveis superiores de governo; quadro para planeamento sustentável; transparência e dados abertos para atratividade de investimentos; dados comparáveis para tomadas de ação, discernimento e *benchmarking* global e medição da gestão do desempenho dos serviços urbanos e da qualidade de vida ao longo do tempo.

De notar que no de 2017 o município do Porto reportou 46 indicadores essenciais e 46 indicadores complementares, obtendo assim o nível de certificação *Platinum* em 2017. Em 2021 conjunto dos 100 indicadores avaliados, a cidade do Porto comunicou 96 indicadores, todos os indicadores *core* foram respondidos bem como 50 dos 54 indicadores de suporte possíveis. Este é o terceiro ano consecutivo de reconhecimento à cidade do Porto, sendo o

segundo com o nível mais elevado, destacando-se neste período apenas 23 cidades a nível mundial certificadas por esta norma. A nível nacional, o Porto é a única cidade que já viu reconhecido o seu esforço por três anos consecutivos (Sintra foi reconhecida em 2017 e 2018, ano Cascais em 2018 e Vila Nova de Famalicão em 2019).

A Global Reporting Initiative foi responsável por criar o SDG Compass, que pode ser descrito como um guia para as empresas de como orientar as empresas sobre como podem alinhar a sua estratégia e medir e gerir a sua contribuição para os ODS. Este guia é composto por 5 passos (1º Compreender os ODS; 2º Definir Prioridades; 3º Definir Objetivos; 4º Integrar e por fim o 5º passo, Reportar e Comunicar). Estes cinco passos do SDG Compass estabelecem o reconhecimento da responsabilidade de todas as empresas em cumprir a legislação relevante, respeitar os padrões internacionais mínimos e priorizar, todos os impactos negativos sobre os direitos humanos.

Semelhante à ferramenta anterior, a United Nations Global Impact criou a SDG Action Manager, que consiste numa solução de gestão do impacto digital que permite às empresas tomar medidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 numa plataforma personalizada, onde as empresas podem ter uma visão clara de como as suas operações, cadeia de abastecimento e modelo de negócio criam um impacto positivo e identificar áreas de risco para cada ODS. Esta plataforma reúne, os Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para permitir uma ação empresarial significativa através de uma autoavaliação dinâmica, comparativa e de melhoria constante. A avaliação é baseada no trabalho e no feedback de uma série de partes interessadas, incluindo especialistas em sustentabilidade empresarial, sociedade civil entre outras.

Retornando ao foco deste relatório, a implementação a nível municipal, foi criada a Localizing the SDG Toolbox, esta promove um conjunto de ferramentas articuladas para apoiar as partes interessadas a nível local e as suas redes, sob a liderança dos governos locais, regionais e nacionais. Esta plataforma procura sensibilizar os agentes locais e nacionais para os ODS, melhorando o seu conhecimento sobre a Agenda 2030, familiarizando-os com as implicações, oportunidades e desafios da sua localização, e incentivando as partes intervenientes a assumirem na íntegra o seu papel determinante. Como plataforma de advocacia, também procura criar um ambiente propício para o processo de localização, apoiar a apropriação local e garantir a integração dos ODS nas estratégias e planos subnacionais. É também responsável por fazer um levantamento e analisar as melhores práticas e ferramentas existentes

que são fiáveis e replicáveis, sistematizar os resultados e disponibilizar as conclusões aos decisores políticos, funcionários locais, peritos e atores de relevo local.

Com uma denominação e funcionalidades semelhantes, fundada pela mesma organização (ONU), o Local2030: Localizing the SDGs é uma rede e uma plataforma que apoia a implementação dos ODS a nível local, com especial enfoque nos mais desfavorecidos. É um ponto de convergência entre os governos locais e regionais e as suas associações, as empresas, as organizações de base comunitária e outros agentes locais, e o sistema das Nações Unidas. O Local2030 apoia os líderes locais na incubação e partilha de soluções de forma colaborativa, desbloqueando constrangimentos e executando estratégias que promovam os ODS a nível local. Através desta plataforma online, os parceiros do Local2030 estão a partilhar ferramentas, experiências, novas soluções e guias para apoiar a localização dos ODS. Uma característica central é que contém uma série de mecanismos e instrumentos concretos, práticos e adaptáveis que apoiam o desenvolvimento, a implementação, a monitorização e a revisão de iniciativas dos ODS apropriadas a nível local.

Pertencente à plataforma anteriormente mencionada, o CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) e a UN Habitat, criaram o “Roadmap for Localizing the SDGs”, este roteiro composto por 5 partes não é um “como fazer” predefinido; abrange uma série de estratégias que podem ser adaptadas aos contextos e necessidades específicos das diferentes cidades e regiões.

Criado pela UNDP (United Nations Development Programme), o SDG Accelerator and Bottleneck Assessment, visa ajudar os países a identificar políticas catalisadoras e/ou “aceleradores” que possam desencadear efeitos multiplicadores positivos nos ODS, bem como desenvolver soluções para os obstáculos que impedem o desempenho otimizado das ações que viabilizam os tais “aceleradores” identificados.

Passando à frente da questão de como implementar os SDGs a nível local, é também importante mencionar como é que os municípios podem reportar os seus progressos, e é aí que nascem os VLRs: Voluntary Local Review, que embora não tenham estatuto oficial, o processo de realização destas revisões subnacionais está a proporcionar múltiplos benefícios às entidades que as realizam e para a implementação dos ODS em geral. Estes VLRs podem também contribuir para reforçar a coerência vertical, complementar e contribuir para as Revisões Nacionais Voluntárias da implementação dos ODS a nível nacional.

Alternativamente aos VLRs, as cidades podem optar por outras formas de reportar os seus progressos, como por exemplo, o CDP-ICLEI, que fornece uma plataforma para medir

e acompanhar riscos, emissões, dados setoriais (como transportes, água e resíduos), finanças e benefícios/oportunidades (como melhoria da saúde urbana, biodiversidade e equidade social). O CDP-ICLEI Track também mede o progresso das campanhas climáticas apoiadas pelas Nações Unidas, Race to Zero e Race to Resilience, que reúnem cidades, empresas e investidores para criar um futuro com zero emissões de carbono e resiliente. Através do CDP-ICLEI, as cidades também podem reportar simultaneamente a várias iniciativas, tais como as do ICLEI, C40, WWF e Pacto Global de Autarcas.

Como é mencionado no paragrafo acima, as cidades podem reportar iniciativas ligadas ao C40, ou então utilizar o *framework* criado por esta organização, e foi desenvolvido para apoiar as cidades no desenvolvimento de planos de ação climática que estejam alinhados com os objetivos do Acordo de Paris. Embora estes relatórios estejam focados maioritariamente no clima, eles têm muitas sobreposições com os ODS, especialmente o ODS 13 (Ação Climática).

A OCDE também possui uma vasta informação e um relatório detalhado sobre cidades resilientes, que está detalhado em 4 secções: Um quadro para cidades resilientes. Apresenta uma definição operacional de cidade resiliente, os fatores de resiliência, a fim de melhor identificar o aspeto da resiliência num contexto urbano, e os mecanismos políticos que poderão ser benéficos. Os indicadores de resiliência. As ações políticas tomadas pelos governos municipais, bem como a sua colaboração com os governos nacionais. Experiências de casos de estudo de cidades na construção da sua resiliência, como por exemplo a cidade de Lisboa, Kyoto, Belo Horizonte, Oslo e outras estão incluídas neste relatório da OCDE.

6. *Benchmarking* dos Municípios e os ODS: Principais rankings para avaliação de desempenho

Existem várias iniciativas e rankings que medem a sustentabilidade dos municípios em dimensões regionais e globais. Estas classificações possuem metodologias e critérios diferentes, mas geralmente avaliam vários aspetos semelhantes do desenvolvimento sustentável municipal.

Iniciando a nível nacional, temos o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) e reúne um total de 133 indicadores (dos quais 117 únicos), relativos a 66 metas, com aplicabilidade à realidade local, que melhor traduzam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ao nível municipal. É o resultado da investigação desenvolvida pela Equipa de investigadores do CESOP-Local. É um índice que, desde 2018, permite a cada Município obter um relatório anual com o diagnóstico do seu território concretizado em cada um dos 17 Objetivos de desenvolvimento Sustentável através das metas e indicadores analisados e desenvolvidos.

De acordo com as informações que foram possíveis encontrar durante a investigação, em 2022, Braga integrou, pelo terceiro ano consecutivo, a lista do primeiro grupo de classificados, tendo aumentado progressivamente a sua pontuação. A Autarquia Bracarense surge acima dos números nacionais na concretização dos ODS, ao apresentar uma taxa de execução de 68,8 por cento. Este é um número superior em relação à concretização em Portugal (63,8%), a Norte (63,6%), na região do Cávado (65,3%) e acima dos Municípios Comparáveis (65,4%). Foi também possível constatar que em 2020 a Área Metropolitana de Lisboa apresentou uma taxa de execução de (69.7%) podendo assim afirmar que na área centro-sul do país existe um maior desenvolvimento sustentável em comparação ao Norte. No entanto, não pode deixar de ser realçado que o Porto tem vindo a ter uma evolução crescente no Índice Global nos últimos 4 anos onde em 2019 se encontrava nos (61,5%) e em 2022 apresentou resultados de (68%), ficando apenas umas decimas abaixo da capital do país.

Em 2003, o Município do Porto aderiu a uma candidatura liderada pela Associação “Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular” ao programa INTERREG, para implementação simultânea da Agenda Local 21 em 16 dos 18 Concelhos que integravam esta associação.

Nesta iniciativa encontram-se, entre outros, os maiores núcleos de população do Norte de Portugal e da Galiza: Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Vila Real; A Coruña, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Santiago de Compostela e Vigo. De acordo com estudos em termos das outras regiões do país, o Grande Porto encontra-se à frente na Agenda 21 Local.

A região Centro aparece em segundo lugar, com 23 por cento, seguida de Lisboa e Vale do Tejo, com 18 por cento. O Alentejo regista 17 por cento dos processos nacionais e o Algarve apenas quatro por cento, sendo que as ilhas, Madeira e Açores, aparecem em último lugar. Em termos de procedimentos, a Agenda 21 Local exige a identificação dos problemas ambientais mais determinantes e o desenvolvimento de planos de atuação com a participação dos agentes sociais locais, através da criação de fóruns de debate com os cidadãos.

A participação dos múltiplos agentes sociais, económicos e institucionais, foi concebida como o elemento de superação das dificuldades e incoerências inerentes ao modelo de crescimento urbano atual. A Agenda 21 não pretende dar resposta a todos os problemas do Concelho, mas sim definir um modelo tendencial para o qual queremos dirigir as nossas ações, identificando os eixos estratégicos que lhe dão sentido, e preenchê-los de conteúdo nos aspetos que são considerados prioritários.

Ao nível internacional, iniciamos pela Carbon Disclosure Project, uma organizacional sem fins lucrativos que gere o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerirem os seus impactos ambientais. Esta organização realiza todos os anos uma lista de 122 cidades que reconhece as que obtiveram a pontuação mais elevada pela sua transparência, e celebra as suas realizações, visão e empenho na luta contra as alterações climáticas.

Os critérios para aderir à Lista CDPA são rigorosos: as cidades devem divulgar publicamente e ter um inventário de emissões, definir um objetivo de redução de emissões e um objetivo de energias renováveis para o futuro e publicar um plano de ação climática. Devem também efetuar uma avaliação completa dos riscos climáticos e das vulnerabilidades e ter um plano de adaptação às alterações climáticas para demonstrar a forma como lidam com os riscos climáticos.

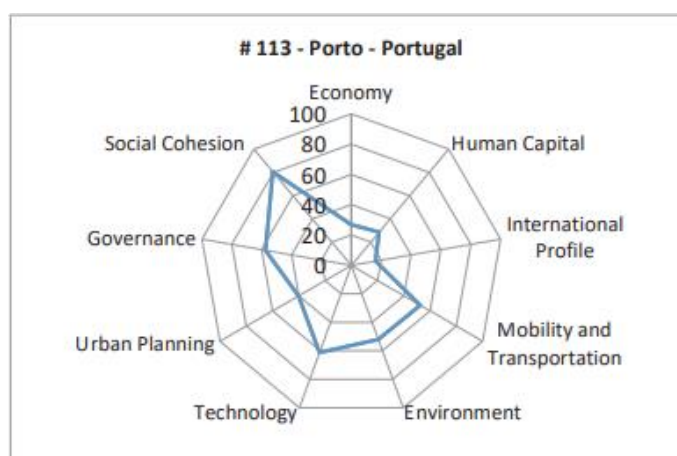
O Porto desde 2020 que integra este grupo restrito de cidades por todo o mundo, e as outras únicas cidades portuguesas que integram este grupo são Braga e Guimarães, ultrapassando assim a capital do país em termos de ações contra as alterações climáticas. Dentro de

Península Ibérica já podemos encontrar presente cidades como Barcelona, Madrid, Vitoria-Gasteiz estando assim empatados ambos os países ibéricos. O Reino Unido é o local com mais cidades integrantes do Cities A list, sendo possível também verificar que o continente europeu é o continente com mais cidades com esta certificação.

Posteriormente, a IESE Business School classifica 183 cidades em termos de sua capacidade de se adaptar e adotar tecnologias inteligentes para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade, num ranking denominado de Cities In Motion Index, sendo que Londres foi a vencedora no ano de 2022. O Índice de Cidades Inteligentes da IESE classifica as cidades de acordo com a sua pontuação em nove dimensões-chave: capital humano (desenvolvimento, atração e promoção de talentos) coesão social (harmonia entre os diferentes grupos sociais numa cidade) economia (incluindo o PIB atual e estimado) governação (a qualidade das intervenções do estado) ambiente (níveis de poluição, qualidade da água e outros indicadores da vitalidade do ecossistema) mobilidade e transportes (facilidade de deslocação e de acesso aos serviços públicos) planeamento urbano (incluindo infraestruturas de saúde, serviços de saneamento e política de habitação) perfil internacional (*branding* e divulgação estratégica do turismo) tecnologia (utilizações inteligentes das tecnologias TIC).

A Europa é o lar de muitas das cidades mais "inteligentes" do mundo. Seis das 10 primeiras cidades do ranking são europeias - Londres (1.º), Paris (3.º), Berlim (5.º), Amesterdão (8.º), Oslo (9.º) e Copenhaga (10.º). Para além do top 10, a Europa continua muito bem representada, com 28 cidades no top 50. Duas cidades portuguesas integram este ranking, o Porto e Lisboa, em 113º e 78º lugar respetivamente.

Figura 2 - Perfil do Município do Porto



Fonte: IESE Business School

Como vemos na imagem em cima, são destacados como pontos positivos na cidade do Porto, a Coesão Social, Questões Ambientais e a Governança. No entanto, é visível que domínios como a Tecnologia e Capital Humano precisam de ser melhorados. O nosso país vizinho possui 10 cidades integrantes neste ranking, sendo que a capital espanhola (Madrid) se encontra em 27º lugar.

É possível verificar a informação acima, constando de que a Europa é o continente com mais cidades inteligentes no mundo, no relatório de cidades sustentáveis da Arcadis, que classifica 100 centros urbanos do mundo com base em 51 métricas, em 26 indicadores temáticos, organizados de acordo com os três pilares da sustentabilidade: planeta, pessoas e lucro. Este relatório adotou uma visão holística da sustentabilidade para destacar os desafios em evolução que as cidades enfrentam, avaliando métricas como: a percentagem de edifícios de topo com certificação ambiental numa cidade, a percentagem de start-ups orientadas para a sustentabilidade, o preço de um cabaz de produtos básicos entre outros. O topo da classificação é liderado por cidades europeias, com desempenhos excecionais por parte de três capitais escandinavas: Oslo (1), Estocolmo (2) e Copenhaga (4). Com exceção da forte presença de Tóquio (3), as 20 cidades mais sustentáveis do mundo situam-se todas na Europa ou na América do Norte. De cidades portuguesas apenas encontramos Lisboa no 57º lugar.

O excelente posicionamento da Europa nos rankings ligados a desenvolvimento sustentável é constante, observamos esta ocorrência novamente no Global Power City Index (GPCI), desenvolvido pelo Instituto de Estratégias Urbanas, da Fundação “The Memorial “. O GPCI avalia as suas cidades-alvo em 6 dimensões urbanas (Ambiente, Acessibilidade, Economia, Investigação e Desenvolvimento, Interações Culturais e Qualidade de Vida) e cada uma destas compreende vários grupos de indicadores (total: 26 grupos), que por sua vez são constituídos por vários indicadores. No total, são utilizados 70 indicadores no GPCI. Os resultados médios de cada indicador num grupo são as pontuações médias de cada indicador dentro de um grupo de indicadores são combinadas para calcular as classificações de cada cidade, que são depois totalizadas para determinar a classificação global. Nos lugares mais altos da classificação encontram-se Londres (1º), Nova Iorque (2º), Tóquio (3º) e Paris (4º). Lamentável neste estudo nenhuma cidade portuguesa conseguiu fazer uma aparição apesar da capital espanhola ter conseguido conquistar o 12º lugar e Barcelona o 20º.

A imponentia do continente europeu é desde 2019 no Smart City Index da IMD, que mede a qualidade de vida, qualidade ambiental e fatores sociais (inclusão social, PIB per capita, escolaridade) adicionando também questionários às populações locais acerca das suas cidades formando assim este índice. O estudo englobou 141 cidades, sendo que os primeiros cinco lugares à exceção do terceiro, são todos ocupados por cidades europeias, nomeadamente duas dessas cidades são suíças (Zurique e Lausanne). De presença de cidades portuguesas apenas encontramos Lisboa no 99º lugar, sendo que a sua classificação tem vindo a decair desde 2019 onde conseguiu conquistar uma posição de 62º lugar.

Um projeto de investigação conduzido pela Economist Intelligence Unit, denominado de European Green City Index, mede e classifica o desempenho ambiental de 30 das principais cidades europeias de 30 países europeus. Este tem em conta 30 indicadores individuais por cidade, abrangendo uma vasta gama de domínios da sustentabilidade. Este ranking engloba apenas capitais, sendo que a capital portuguesa se encontra em 18º lugar, sendo que o top três é composto pelas cidades de Copenhaga, Estocolmo e Oslo.

Ainda no âmbito das iniciativas da Comissão Europeia, foi possível descobrir que dentro da Missão da Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia (UE). Esta iniciativa conta com um total de 303 signatários, sendo Portugal o país com o maior número de participantes, no total 48 municípios, comunidades intermunicipais e regiões portuguesas, seguido pela Espanha com 24, França com 22, Grécia com 20 e Polónia com 19.

Esta missão visa apoiar regiões e comunidades na aceleração da sua transformação para a resiliência climática até 2030, tendo como principal objetivo ajudar estas regiões e autoridades locais a gerirem os riscos climáticos e a desenvolverem soluções inovadoras para um mundo mais sustentável. A Missão Clima financia também projetos de inovação e investigação (I&I) no âmbito do Horizonte Europa, com um total de 370 milhões de euros (M€) para 2021-2023. Os projetos de I&I ajudarão a reconstruir áreas mais afetadas por eventos climáticos extremos, bem como a explorar tipos de agricultura resilientes ao clima. Nos últimos concursos (2022) as entidades portuguesas obtiveram um financiamento de 5.2 milhões de euros (M€), o que representa 4,9% de taxa de retorno financeiro para Portugal.

O Porto foi também convidado pela Comissão Europeia (Joint Research Centre) a integrar um conjunto de seis cidades europeias (Bratislava, Oulu, Regio Emilia, Sevilha e Valencia) no programa piloto de tratamento de dados referentes para basear a elaboração de um relatório voluntário local, colocando em prática o European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews – Building urban datasets for Sustainable Development Goals.

A cidade do Porto já foi reconhecida diversas vezes pela World Council on City Data, com o nível Platinum, no âmbito da norma “ISO 37120 Sustainable cities and communities — Indicators for city services and quality of life”. A ISO 37120, a primeira norma em indicadores de cidade da "International Organization for Standardization", inclui a análise de um conjunto de 100 indicadores, agrupados de acordo com 19 temas relacionados com serviços e qualidade de vida, padronizando assim a medição do desempenho económico, social e ambiental da cidade, sendo o World Council on City Data (WCCD) o organismo internacional responsável por este processo.

Apenas 23 cidades a nível mundial são certificadas por esta norma com nível platina. No entanto, englobando os outros níveis o número aumenta ligeiramente, mas apenas outras 3 cidades portuguesas receberam esta certificação (Sintra foi reconhecida em 2017 e 2018, Cascais em 2018 e Vila Nova de Famalicão em 2019). A nível mundial temos cidades como Londres, Amesterdão, Dubai, Los Angeles, Barcelona entre outras.

De acordo com alguns dados recolhidos, a cidade de Kitchener, Toronto, Charlottetown, Oshawa, Markham entre outras cidades canadenses são algumas que fazem parte do grupo restrito que recebeu a certificação platina podendo assim considerar que o Canadá um exemplo a seguir no trabalho de desenvolvimento sustentável.

A organização sem fins lucrativos lançada pelas Nações Unidas em 2012 para promover a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Sustainable Development Solutions Network em conjunto com o Brabant Center for Sustainable Development, criaram um índice denominado de “European Cities SDG Index” onde avaliaram o desempenho de 45 cidades em relação ao atingimento dos objetivos acima mencionados. Os quatro primeiros lugares são ocupados por cidades do norte da europa sendo Oslo (1º), Estocolmo (2º), Helsínquia (3º) e Copenhaga (4º). As duas maiores cidades portuguesas, Porto e Lisboa encontram-se na metade inferior do índice, sendo que a capital se encontra em 39º lugar e o Porto em penúltimo lugar, em 44º, ficando apenas à frente de Atenas. É destacado como pontos fortes da cidade do Porto a sanitização e água potável, sendo isto respetivo ao sexto ODS, e como ponto/objetivo mais fraco a indústria, inovação e infraestruturas respetivo ao nono objetivo.

As Nações Unidas elaboram anualmente um relatório onde contém dados fornecidos por mais de 200 países de todo o mundo e que mostra os impactos diretos da atual crise global nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O relatório mostra claramente que cumprir as metas dos ODS é a solução necessária para enfrentar a crise do clima,

a pandemia de COVID-19 e o aumento do número de conflitos ao redor do mundo. Este relatório também enfatiza que para sair mais forte da crise e nos prepararmos para os desconhecidos desafios que virão, financiar a infraestrutura de dados e de informação deve ser uma prioridade.

Neste reporte também está incluindo um ranking onde são definidos quais os países mais sustentáveis do mundo, em 2022 o 1º lugar foi atribuído à Finlândia. Com uma pontuação de 85,9 em 100, é o país mais perto de alcançar todos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia Geral da ONU em 2015. As Nações Unidas destacam como pontos positivos, ter acabado com a pobreza, assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa a toda a população ou o acesso a fontes de energia fiáveis e sustentáveis a custos acessíveis.

O restante do pódio é completo pela Dinamarca e Suécia. Estes países são seguidos pela Alemanha, Bélgica, Áustria, Noruega, França, Eslovénia e Estónia. Portugal está em 20º lugar, atrás de Espanha ou de Holanda, cumprindo integralmente o objetivo relativo ao acesso a fontes de energia. Dos 17 ODS, o país apresenta grandes ou significativos desafios em oito. É o caso do ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, cuja evolução negativa não foi ainda revertida e do ODS 2 – Erradicar a Fome, cujos indicadores evidenciam progressos lentos. Acrescem os progressos pouco significativos onde há imensos desafios ainda pela frente ao nível de outros seis ODS, também relacionados entre si, o ODS 3 – Saúde de Qualidade, o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, o ODS 14 – Vida debaixo de água, o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis, o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes e o ODS 17 – Parcerias para o atingimento dos objetivos.

O Environmental Performance Index, uma iniciativa das universidades de Yale e Columbia, duas das mais prestigiadas nos EUA, dá o primeiro lugar à Dinamarca. Também aqui a Europa domina os 10 primeiros lugares, o que atesta a liderança do continente no que toca à sustentabilidade ambiental e às alterações climáticas. Este estudo avalia 32 indicadores em 11 categorias: qualidade do ar, água potável e saneamento, exposição a metais pesados, gestão de resíduos, biodiversidade, preservação de ecossistemas, pesca, alterações climáticas, emissões poluentes, agricultura e recursos hídricos.

O top 5 é composto por: Dinamarca Luxemburgo, Suíça, Reino Unido e França. Portugal está em 27.º lugar entre 180 países, sendo destacados como pontos positivos redução de emissões de dióxido sulfúrico e proteção dos biomas terrestres. No que diz respeito a

pontos negativos é mencionada a vitalidade dos ecossistemas, devido à má pontuação na biodiversidade e o desaparecimento de áreas florestais.

Não obstante, Portugal foi destacado entre os 15 melhores países no ranking da Sustentabilidade Energética de acordo com o World Energy Trilema Index 2021, relatório elaborado pelo Conselho Mundial de Energia e pela consultora Oliver Wyman, que classifica 127 países em função dos progressos realizados a caminho da sustentabilidade energética. A Europa destaca-se no topo do ranking devido à sua estratégia energética fortemente orientada para a sustentabilidade em detrimento dos combustíveis fósseis. Sendo que o pódio é ocupado por três cidades europeias, Suécia, Suíça e Dinamarca.

O objetivo do World Energy Trilema Index consiste em fornecer insights sobre o desempenho energético, considerando e avaliado três dimensões: segurança energética; equidade energética; sustentabilidade ambiental. Desta forma, o relatório destaca os desafios de cada país, permitindo demonstrar quais são as oportunidades para melhorar no que diz respeito às metas de energia atuais e do futuro.

7. Parcerias, networks internacionais e eventos em sustentabilidade municipal

A sustentabilidade municipal é uma questão crítica que exige esforços de colaboração, parcerias e redes internacionais para enfrentar de forma eficaz os seus desafios. Existem várias iniciativas, parcerias e eventos centrados na sustentabilidade municipal que reúnem partes interessadas de diferentes regiões para trocar conhecimentos, partilhar boas práticas e promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Começando pela *C40 Cites*, esta caracteriza-se por ser uma rede de mais de 90 cidades líderes em todo o mundo empenhadas em combater as alterações climáticas. Reúne presidentes de câmara e líderes urbanos para partilhar ideias, colaborar em soluções inovadoras e promover políticas e práticas sustentáveis nas cidades. Os autarcas das cidades C40 estão empenhados em utilizar uma abordagem inclusiva, baseada na ciência e na colaboração para reduzir para metade a sua quota-parte de emissões até 2030, ajudar o mundo a limitar o aquecimento global a 1,5°C e construir comunidades saudáveis, equitativas e resilientes.

A C40 apoia os autarcas para que alcancem a ambição climática através do apoio ao plano de ação, de aceleradores de alto impacto e da promoção da inovação, construindo comunidades equitativas e prósperas através de programas globais e regionais. Faz igualmente parte da lista de objetivos a construção de um movimento global através da ação internacional de defesa e diplomacia, a intensificação da ação climática e partilha das melhores práticas em setores de grande impacto. Para que isto se concretize é necessário facilitar o acesso ao financiamento para investimento em empregos verdes e projetos que melhorem a resiliência nas cidades.

Prosseguindo, criada por produtores para produtores, a Plataforma Europeia de Reciclagem (ERP) informa os consumidores e presta serviços a empresas privadas e autoridades públicas com soluções ótimas para a reciclagem de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), pilhas e embalagens. A ERP facilita aos seus membros (empresas que colocam novos produtos no mercado) o cumprimento dos requisitos de conformidade e de apresentação de relatórios ao melhor preço possível e com a menor administração possível. Caracterizada pelas sinergias na oferta de serviços integrados, a ERP Portugal acumula uma larga experiência e *know-how* consolidados no que toca à gestão de resíduos, importando as melhores práticas e metodologias disponíveis no contexto europeu e defendendo a

concorrência como um elemento essencial à promoção da máxima eficiência na utilização dos recursos.

Com vista a consolidar a sua posição como *player* efetivo num mercado estruturante para a economia e para sociedade, a ERP Portugal tem primado pela criação e fortalecimento de relações de parceria, para a implementação de um sistema de gestão integrado eficiente, que contribua para o cumprimento das metas nacionais impostas pela Comissão Europeia, bem como o cumprimento dos requisitos estipulados em sede das licenças que gere.

Para além destes serviços já acima mencionados a ERP também possui um prémio denominado de “*Green Alley Award*” que tem como objetivo descobrir as mais recentes ideias de negócio no domínio da economia circular: O *Green Alley Award* reconhece as empresas pioneiras da economia circular em fase de arranque. Este é o primeiro prémio europeu para *start-ups* no domínio da economia circular. Desde 2014, o Grupo Landbell atribui o prémio a *start-ups* cujos produtos, serviços ou tecnologias inovadoras ajudam a utilizar os recursos da forma mais eficiente possível e a reduzir drasticamente os resíduos. As soluções apresentadas por estes pensadores laterais vão desde materiais sustentáveis a ferramentas digitais para uma economia circular.

As empresas desempenham um papel identicamente vital ao das entidades públicas no caminho para a sustentabilidade. Todos os anos em Portugal realiza-se uma conferência organizada pela BCSD (organização sem fins lucrativos que agrega mais de 160 empresas, e as apoia na sua jornada para a sustentabilidade), onde se discute como alcançar as metas internacionais e europeias acordadas para a década 2020-30, nomeadamente, o Acordo de Paris sobre o clima, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e o Pacto Ecológico Europeu. Esta organização também auxilia as empresas do setor privado compreensão das principais tendências e desafios ESG da década e como incorporá-los nas suas decisões e cadeias de valor.

No panorama nacional, existe a Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2), um programa do Ministério do Ambiente e da Ação Climática gerido pela Direção-Geral do Território, orientado para apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular. A InC2 visa contribuir para melhorar as condições presentes e futuras das práticas de planeamento participativo de base local e de aprendizagem em rede para a economia circular através do apoio a redes nacionais de cidades circulares em torno de quatro temas prioritários e da capitalização nacional dos seus resultados.

É por este ser um tema tão importante nos dias de hoje que a cidade do Porto renovou o seu envolvimento como parceiro da Fundação Ellen MacArthur (EMF), uma organização internacional que promove os princípios da economia circular a nível mundial, envolvendo municípios, empresas, peritos e sociedade civil.

O nosso país também integrou a rede internacional exclusiva UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT [UNGC], uma iniciativa que apela às empresas para alinharem as suas estratégias e operações com dez princípios nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados na Agenda 2030 das Nações Unidas. É atualmente a maior iniciativa de sustentabilidade do mundo, diretamente dependente do Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng. António Guterres, agregando mais de 20 000 organizações a nível global.

Desta adesão resultou a *UN Global Compact Network Portugal* [UNGCPN] que foi a designação adotada pela Associação Portuguesa do Pacto Global que agrega os participantes da iniciativa com sede ou operações em Portugal, que operacionaliza programas aceleradores, nacionais e internacionais, as plataformas, os *peer learning groups* e outras iniciativas orientadas para a aplicação dos Dez Princípios e aplicação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As duas redes internacionais CIRES (Cidades Inclusivas, Resilientes, Eficientes e Sustentáveis) e *EcoEico* (Economia Circular como Estratégia para uma Indústria da Construção mais sustentável) iniciaram um projeto em 2018 denominado de congresso de sustentabilidade urbana, onde incentivam o ambiente colaborativo visando, especialmente, a troca de conhecimento e a contribuição efetiva em ações que culminem na melhoria da qualidade de vida dos habitantes das cidades e no incentivo à melhoria do conceito de economia circular. As Redes são compostas por cerca de 150 pessoas de 9 países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Uruguai, Espanha e Portugal), entre especialistas, gestores públicos e empresários. Desta troca de conhecimentos resultam palestras, exposições, *workshops* e publicação dos artigos selecionados por um comitê científico internacional. Todas estas atividades com o objetivo em mente de ampliar a notoriedade das redes e assim poder atrair novos países e parcerias.

Posteriormente o ICLEI - Governos Locais para a Sustentabilidade: uma rede global de governos locais e regionais empenhados no desenvolvimento urbano sustentável. Este oferece uma plataforma para as cidades partilharem conhecimentos, desenvolverem parcerias

e implementarem projetos de sustentabilidade. O ICLEI organiza vários eventos e conferências, como o Congresso Mundial, para promover a sustentabilidade nos municípios.

Exemplos desses eventos são: “*Daring Cities Dialogues*”, organizado conjuntamente pelo ICLEI e a cidade de Bona onde as alterações climáticas são discutidas pelos líderes urbanos que enfrentam a emergência climática. *Daring Cities* foi concebido para capacitar os decisores urbanos, tais como presidentes de câmara, vereadores, administradores e líderes do pensamento urbano, bem como representantes do governo nacional, investigadores, pessoal técnico, líderes empresariais, decisores da sociedade civil e organizadores comunitários – de forma a liderarem a emergência climática.

De seguida um projeto que o município do Porto já abraçou, o renomado Pacto Global de Autarcas para o Clima e a Energia, que consiste numa aliança internacional de cidades e governos locais empenhados na ação climática e na transição para uma economia de baixo carbono. Este Pacto facilita a partilha de conhecimentos, a criação de capacidades e a colaboração entre cidades para enfrentar as alterações climáticas e promover o desenvolvimento sustentável. Não apenas o Pacto, o Município do Porto, representado pela Porto Digital - entidade que desenvolve e executa a estratégia de Inovação e Transição Digital na cidade – participou no *Smart City Expo World Congress*. Este evento anual reúne líderes de pensamento urbano, especialistas do sector e decisores políticos de todo o mundo para discutir e apresentar soluções inovadoras para cidades inteligentes e sustentáveis. O congresso centra-se em temas como a mobilidade urbana, a eficiência energética, a digitalização e a participação dos cidadãos.

Além, do congresso, o Município participou em diversos eventos na cidade catalã, centrados em temas como os direitos digitais, a inteligência artificial e o desenvolvimento sustentável, como por exemplo a *Intelligent Cities Challenge (ICC)* que é uma iniciativa da Comissão Europeia que apoia as cidades europeias na transição ecológica e digital das suas economias locais, através de Acordos Verdes Locais. O ICC ajuda as cidades europeias a aproveitar o poder das tecnologias de ponta, melhorando simultaneamente a sua competitividade económica, a sua resiliência social e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Através da ICC, as cidades podem beneficiar de serviços de consultoria e de uma vasta rede de especialistas; envolver-se com uma comunidade de cidades de elevado desempenho e líderes mundiais e desenvolver acordos verdes locais com as suas empresas e cidadãos locais e avançar com a transição ecológica. Para além do ICC o Porto também faz parte da comunidade “EuroCities” que coorganiza um dos maiores eventos de políticas urbanas, a Brussels

Urban Summit onde estão reunidos mais de 200 autarcas e 1000 representantes de cidades de todo o mundo. Numa organização conjunta de três organizações de cidades, Eurocities, a maior rede de cidades europeias, Metropolis, rede das maiores cidades do mundo e a rede dos Champion Mayors for Inclusive Growth da OCDE.

O Porto já desde longa data tem sido o anfitrião do evento “Cidades Mais “, um local onde existe um despoletar de sinergias entre pessoas, projetos, autarquias, instituições e empresas que inspiram, atuando como evento-laboratório onde todos os participantes ensinam e aprendem sobre a Sustentabilidade à escala global na vertente económica, social, cultural e ambiental. Este evento procura incentivar a co-criação de um presente e futuro positivos e justos, que reconheçam que um ambiente limpo e resiliente é a base necessária para o estabelecimento de uma sociedade saudável e criativa através de uma influência das políticas públicas.

Complementarmente às “Cidades Mais“ a cidade também foi coorganizou em conjunto com o Jornal Público, a Conferência “ Cidade Azul ”, que promove o debate em torno do tema “As cidades costeiras e a crise climática: da ameaça à urgência na adaptação” num encontro entre cientistas, governantes e cidadãos, que visa ligar cidades dedicadas a garantir o futuro. O objetivo é dar a conhecer o estado da ciência e os desafios ambientais que os grandes aglomerados populacionais enfrentam.

A Get2C, em parceria com o Jornal de Negócios e a Câmara Municipal de Cascais, organizou a Conferência “Autarcas pelo Clima.” Este evento reúne dezenas de autarquias e entidades, que se reuniram com o mesmo objetivo: rumar à neutralidade carbónica. Contou ainda com a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, assim como vários presidentes de câmara, vereadores e especialistas em alterações climáticas que tornaram os debates muito interessantes através da partilha de boas práticas, conhecimento e opiniões de acordo com a realidade de cada um dos seus municípios.

Em seguida, temos o Fórum de Soluções Globais (GSF) da SDSN que se iniciou em 2019 que reúne especialistas em desenvolvimento sustentável de todo o mundo para mostrar como estão a implementar iniciativas locais que estão a fazer avançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Provavelmente um dos eventos mais relevantes na área, o Fórum Urbano Mundial (FUM) foi criado pelas Nações Unidas em 2001 para abordar uma das questões mais urgentes que o mundo enfrenta: a rápida urbanização e o seu impacto nas comunidades, cidades, economias e alterações climáticas. Nas últimas duas décadas, o FUM tornou-se a principal

conferência mundial sobre urbanização sustentável. Organizado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), o Fórum é uma plataforma não legislativa única e um dos encontros internacionais mais inclusivos sobre questões urbanas. O primeiro FUM teve lugar em Nairobi, no Quênia, em 2002, e desde então tem-se realizado em todo o mundo.

Para além dos fóruns, pactos, entre outros acima mencionados também não podemos esquecer algumas redes regionais e nacionais de sustentabilidade: Muitos países e regiões criaram as suas próprias redes para promover a sustentabilidade municipal. Estas redes facilitam o intercâmbio de conhecimentos, a coordenação de políticas e os projetos de colaboração a nível local. Os exemplos incluem a Rede de Cidades Verdes, na Alemanha, e a Conferência de Autarcas dos Estados Unidos, nos Estados Unidos.

Ainda dentro da temática de recuperação urbana, temos dentro da comunidade europeia o Fórum das Cidades, um evento bienal organizado pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia. O Fórum das Cidades conta com debates de alto nível, sessões participativas e *workshops* interativos sobre coesão e revitalização urbanas. Proporciona aos participantes uma oportunidade única de estabelecer contactos e discutir os últimos desenvolvimentos em várias iniciativas e políticas da EU. O Fórum das Cidades é o local e o momento para debater a dimensão urbana da Política de Coesão para 2021-2027, nomeadamente a forma como a nossa principal política de investimento pode ajudar as cidades a progredir através do financiamento do desenvolvimento urbano sustentável. O evento centra-se no papel das cidades na aplicação do Pacto Ecológico Europeu e na importância das abordagens estratégicas para dar resposta às necessidades de adaptação às alterações climáticas e de proteção ambiental.

Quanto às redes internacionais, existem algumas ainda que o município do Porto ainda não integra como a UNESCO Global Network of Learning Cities, uma rede que apoia e melhora a prática da aprendizagem vitalícia nas cidades do mundo, facilitando o diálogo político e a aprendizagem entre pares entre as cidades membros, criando ligações, fomentando parcerias, fornecendo reforço de capacidades e desenvolvendo ferramentas para incentivar e reconhecer os progressos na construção de cidades sustentáveis.

Por fim, a Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP): que proporciona uma plataforma para governos, ONG, empresas e outras partes interessadas discutirem e negociarem políticas e ações relativas às alterações climáticas.

8. Conclusão

Face aos desafios que se colocam atualmente, os municípios de todo o mundo devem empenhar-se em tornar-se mais sustentáveis, nomeadamente através de investimentos "inteligentes" não só nas TIC como também no capital humano, e no seu envolvimento nas decisões governamentais.

Este relatório para além de um carácter descritivo acerca das funções que desempenhei durante o meu estágio curricular, teve também um carácter analítico acerca do desempenho do município do Porto em prossecução dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável face a outras cidades nacionais e internacionais como também uma pequena revisão bibliográfica. Os objetivos desta pequena revisão foram descrever de forma sucinta como é que da criação do conceito de sustentabilidade e da sua emergência nos anos 70 e 80, se chegou até 2015, ano foram criados os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

A avaliação do desempenho do município do Porto na prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável foi dividida em dois métodos. O primeiro foi um estudo em que a única cidade em análise era a cidade do Porto, onde foram analisados os relatórios de 2020 e 2021 e foram compiladas todas as iniciativas implementadas tanto pelo governo como pelas empresas municipais e as suas parceiras. Podemos constatar que nestes anos foram implementadas mais de 200 medidas e projetos, onde foram investidos muitos milhões de euros, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população local. Não obstante, é possível verificar que ainda existe um longo caminho pela frente em algumas áreas mais especificamente no combate à pobreza e desigualdades de género.

O segundo método de análise foi o de benchmarking, onde foram determinados quais os rankings e índices principais e até mesmo alguns secundários que avaliam as cidades mais sustentáveis do mundo em todos os domínios da sustentabilidade. Com base nos mesmos é possível verificar que a Europa está um passo à frente dos restantes continentes no que diz respeito ao nº de cidades sustentáveis, sendo que apenas algumas cidades da América do Norte e outras no continente asiático possuem uma presença tão perseverante como as da Europa do Norte.

Uma conclusão importante a se retirar destes rankings é que a dimensão de uma cidade não importa quando se trata da decisão de se tornar mais "inteligente e sustentável". Como verificamos nos rankings, não são as maiores cidades do mundo como Nova Iorque, Boston ou Chicago que se encontram constantemente no pódio dos rankings acima encontrados. A

baixa qualidade de vida nestas cidades devido a desigualdades sociais, poluição sonora, um aumento não controlado da população, custo de vida que cada vez não é suportável pelos locais são tudo fatores que fazem a classificação destas grandes cidades descerem.

Outra conclusão relevante está relacionada com variáveis institucionais (económicas e de governação), no nosso país muitas decisões são tomadas com uma abordagem “top-down” em que os autarcas são responsáveis pelas decisões todas. No entanto, na literatura está comprovada de que uma parceria entre a população e estes mesmo líderes, ou seja, uma abordagem “bottom-up” em que todas as classes sociais tivessem uma voz seria mais prolífico, pois seria mais fácil identificar as áreas com maior necessidade de melhoria se houvesse diversos agentes de todas as áreas sociais a colaborar no mesmo objetivo. Esta mesma situação pode ser aplicada no caso de que nas grandes cidades se tomam decisões para um país inteiro “ignorando” as opiniões dos municípios mais pequenos, mas se estes fossem incluídos nas tomadas de decisões, as desigualdades das cidades rurais face as localizadas no litoral não seriam tão visíveis.

Além disso, é importante que os decisores políticos invistam na aquisição de mais fundos para serem aplicados em projetos de cidades inteligentes sustentáveis, considerando a oportunidade que surge dos fundos estruturais europeus, que promovem desenvolvimento urbano e regional sustentável e englobam dimensões como a economia, o ambiente, transportes e mobilidade. Como mencionado no sétimo capítulo existem cada vez mais organizações e associações vocacionadas para auxiliar os municípios no seu caminho para a sustentabilidade, sendo também parte da sua responsabilidade, o apoio monetário.

Apesar dos esforços para uma investigação minuciosa, este estudo comporta algumas limitações que poderão ser objeto de estudos futuros sobre o assunto, mais propriamente os principais referenciais e *toolkits* internacionais para o reporte local dos ODS, que até a data de hoje são bastante limitados. Contudo, com o crescimento da relevância desta temática é sem dúvida possível que as formas e diretrizes de reporte de sustentabilidade venham a aumentar de forma a tornar este processo mais ágil e acessível para não só as instituições públicas como privadas venham demonstrar publicamente o seu progresso.

Referências Bibliográficas

- Abreu, J., António, J. H. C., & Cerol, J. (2020). Índice de Sustentabilidade Municipal 2020. Retrieved from Lisbon: <https://www.local2030.org/library/view/818>
- Andonova, L. B. (2014). Boomerangs to partnerships? Explaining state participation in transnational partnerships for sustainability. *Comparative Political Studies*, 47(3), 481-515.
- Andonova, L. B., & Levy, M. A. (2013). Franchising global governance: Making sense of the Johannesburg type II partnerships. In *Yearbook of International Cooperation on Environment and Development 2003-04* (pp. 19-31). Routledge.
- Bai, X., Surveyer, A., Elmqvist, T., Gatzweiler, F. W., Güneralp, B., Parnell, S., ... & Webb, R. (2016). Defining and advancing a systems approach for sustainable cities. *Current opinion in environmental sustainability*, 23, 69-78.
- Ball, A. & Bebbington, J. (2008) Editorial: Accounting and Reporting for Sustainable Development in Public Service Organizations. *Public Money & Management*, 28(6), pp. 323-326.
- Ball, A. (2004a) A sustainability accounting project for the UK local government sector? Testing the social theory mapping process and locating a frame of reference.
- Bello, A. (2006) Intangibles and sustainability in local government reports. An analysis into an uneasy relationship. *Journal of Intellectual Capital*, 7(4), pp.440-456.
- Biermann, F., Chan, S., Mert, A., & Pattberg, P. (2012). The overall effects of partnerships for sustainable development: more smoke than fire. *Public-Private Partnerships for Sustainable Development. Emergence, Influence and Legitimacy. Cheltenham: Edward Elgar*, 69-87.
- Bosch, P., Jongeneel, S., Rovers, V., Neumann, H. M., Airaksinen, M., & Huovila, A. (2017). CITYkeys indicators for smart city projects and smart cities. *CITYkeys report*.
- Caiado, R. G. G., Leal Filho, W., Quelhas, O. L. G., de Mattos Nascimento, D. L., & Ávila, L. V. (2018). A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. *Journal of cleaner production*, 198, 1276-1288.
- Cheng, D., Xue, Q., Hubacek, K., Fan, J., Shan, Y., Zhou, Y., ... & Zhang, X. (2022). Inclusive wealth index measuring sustainable development potentials for Chinese cities. *Global Environmental Change*, 72, 102417.
- Chin, A., & Jacobsson, T. (2016). TheGoals.org: mobile global education on the Sustainable Development Goals. *Journal of cleaner production*, 123, 227-229.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

- (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- Costanza, R., Daly, L., Fioramonti, L., Giovannini, E., Kubiszewski, I., Mortensen, L. F., ... & Wilkinson, R. (2016). Modelling and measuring sustainable wellbeing in connection with the UN Sustainable Development Goals. *Ecological economics*, 130, 350-355.
- Costanza, R., Daly, L., Fioramonti, L., Giovannini, E., Kubiszewski, I., Mortensen, L. F., ... & Wilkinson, R. (2016). Modelling and measuring sustainable wellbeing in connection with the UN Sustainable Development Goals. *Ecological economics*, 130, 350-355.
- D'Adamo, I., Gastaldi, M., Ioppolo, G., & Morone, P. (2022). An analysis of Sustainable Development Goals in Italian cities: Performance measurements and policy implications. *Land use policy*, 120, 106278.
- D'Adamo, I., Gastaldi, M., & Morone, P. (2022). Economic sustainable development goals: Assessments and perspectives in Europe. *Journal of Cleaner Production*, 354, 131730.
- Dawes, J. (2008). Do data characteristics change according to the number of scale points used? An experiment using 5-point, 7-point and 10-point scales. *International journal of market research*, 50(1), 61-104.
- FUND, S. (2015). Sustainable development goals. Available at this link: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/inequality>.
- García López, J., Sisto, R., Benayas, J., de Juanes, Á., Lumbreras, J., & Mataix, C. (2021). Assessment of the results and methodology of the sustainable development index for Spanish cities. *Sustainability*, 13(11), 6487.
- Giannetti, B. F., Agostinho, F., Almeida, C. M., Liu, G., Contreras, L. E., Vandecasteele, C., ... & Poveda, C. (2020). Insights on the United Nations Sustainable Development Goals scope: Are they aligned with a 'strong' sustainable development?. *Journal of Cleaner Production*, 252, 119574.
- Giffinger, R., Fertner, C., Kramar, H., Kalasek, R., Pichler-Milanovic, N. and Meijers, E. (2007), "Smart cities ranking of European medium-sized cities"
- Giffinger, R., Fertner, C., Kramar, H., Kalasek, R., Pichler-Milanovic, N. and Meijers, E. (2007), "Smart cities ranking of European medium-sized cities"
- Glass, L. M., Newig, J., & Ruf, S. (2023). MSPs for the SDGs—Assessing the collaborative governance architecture of multi-stakeholder partnerships for implementing the Sustainable Development Goals. *Earth System Governance*, 17, 100182.
- Greco, G., Sciulli, N. & D'Onza, G. (2013) The Influence of Stakeholder Engagement on Sustainability Reporting: Evidence from Italian Local Councils. *Public Management Review*,

DOI: 10.1080/14719037.2013.798024, pp.1-24

Gupta, J., & Vegelin, C. (2016). Sustainable development goals and inclusive development. *International environmental agreements: Politics, law and economics*, 16, 433-448.

Hák, T., Janoušková, S., & Moldan, B. (2016). Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators. *Ecological indicators*, 60, 565-573.

Hopwood, B., Mellor, M. & O'Brien, G. (2005) Sustainable Development: Mapping Different Approaches. *Sustainable Development*, 13(1), pp.38-52.

Jossin, J., & Peters, O. (2022). Sustainable Development Goals (SDG) indicators for municipalities: a comprehensive monitoring approach from Germany. *Journal of Urban Ecology*, 8(1), juac020.

Krellenberg, K., & Koch, F. (2021). How to support German cities in implementing the SDGs: learning from and about co-design. *Global Sustainability*, 4, e18.

Kumi, E., Arhin, A. A., & Yeboah, T. (2014). Can post-2015 sustainable development goals survive neoliberalism? A critical examination of the sustainable development–neoliberalism nexus in developing countries. *Environment, development and sustainability*, 16, 539-554.

Li, X., Li, X., Woetzel, J., Zhang, G., & Zhang, Y. (2014). Urban Sustainability Index 2013. Retrieved from <http://www.mckinseychina.com/wpcontent/uploads/2014/04/china-urban-sustainability-index-2013.pdf>

Machingura, F., & Lally, S. (2017). The Sustainable Development Goals and their trade-offs. Case Study Report. London: Overseas Development Institute.

Machingura, F., & Lally, S. (2017). The Sustainable Development Goals and their trade-offs. Case Study Report. London: Overseas Development Institute.

Malik, O. A., Hsu, A., Johnson, L. A., & de Sherbinin, A. (2015). A global indicator of wastewater treatment to inform the Sustainable Development Goals (SDGs). *Environmental Science & Policy*, 48, 172-185.

MIOLA, A., BORCHARDT, S., NEHER, F., & BUSCAGLIA, D. (2019). Interlinkages and policy coherence for the Sustainable Development Goals implementation: An operational method to identify trade-offs and co-benefits in a systemic way.

Mugagga, F., & Nabaasa, B. B. (2016). The centrality of water resources to the realization of Sustainable Development Goals (SDG). A review of potentials and constraints on the African continent. *International Soil and Water Conservation Research*, 4(3), 215-223.

Murray, G.J. (2007), “Strategic procurement in UK local governments: the role of elected leaders”, *Journal of Public Procurement*, Vol. 7 No. 2, pp. 194-212.

- Nadin, V., Fernández Maldonado, A. M., Zonneveld, W., Stead, D., Dąbrowski, M., Piskorek, K., ... & Münter, A. (2018). COMPASS—Comparative Analysis of Territorial Governance and Spatial Planning Systems in Europe: Applied Research 2016-2018.
- Novaes, W. (2000). Os desafios do século XXI. *Estudos Avançados*, 14, 107-115.
- Pattberg, P., & Widerberg, O. (2016). Transnational multistakeholder partnerships for sustainable development: Conditions for success. *Ambio*, 45, 42-51.
- Persson, Å., Weitz, N., & Nilsson, M. (2016). Follow-up and review of the sustainable development goals: alignment vs. internalization. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, 25(1), 59-68.
- Plagerson, S., & Ulriksen, M. S. (2016). Can social protection address both poverty and inequality in principle and practice?. *Global social policy*, 16(2), 182-200.
- Preuss, L. (2007), “Buying into our future: sustainability initiatives in local government procurement”, *Business Strategy and the Environment*, Vol. 16, pp. 354-65.
- Reed, J., Van Vianen, J., Deakin, E. L., Barlow, J., & Sunderland, T. (2016). Integrated landscape approaches to managing social and environmental issues in the tropics: learning from the past to guide the future. *Global change biology*, 22(7), 2540-2554.
- Rickels, W., Doorn, J., Hoffmann, J., Quaas, M. F., Schmidt, J. O., & Visbeck, M. (2016). Indicators for monitoring sustainable development goals: An application to oceanic development in the European Union. *Earth's Future*, 4(5), 252-267.
- Romero-Lankao, P., Bulkeley, H., Pelling, M., Burch, S., Gordon, D. J., Gupta, J., ... & Munshi, D. (2018). Urban transformative potential in a changing climate. *Nature Climate Change*, 8(9), 754-756.
- Rossetto, A. M. (2003). Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (SIGAU) para o desenvolvimento sustentável de cidades.
- Saaty, T. L. (2008). Decision making with the analytic hierarchy process. *International journal of services sciences*, 1(1), 83-98.
- Sachs, J. D. (2012). From millennium development goals to sustainable development goals. *The lancet*, 379(9832), 2206-2211.
- Širá, E., Vavrek, R., Kravčáková Vozárová, I., & Kotulič, R. (2020). Knowledge economy indicators and their impact on the sustainable competitiveness of the EU countries. *Sustainability*, 12(10), 4172.
- Souter, D. (2012) ICTs, the Internet and Sustainability: A discussion paper. The International

Institute for Sustainable Development, Canada.

Souter, D., Maclean, D., Akoh, B. & Creech, H. (2010) ICTs, the Internet and Sustainable Development: Towards a new paradigm. International Institute for Sustainable Development

Stevens, C., & Kanie, N. (2016). The transformative potential of the sustainable development goals (SDGs). *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 16, 393-396.

Stevens, C., & Kanie, N. (2016). The transformative potential of the sustainable development goals (SDGs). *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 16, 393-396.

Sustainable Development Commission (2011) Governing for the Future the opportunities for mainstreaming sustainable development. United Kingdom, Sustainable Development Commission.

United Nations (1992) United Nations Conference on Environment & Development - Agenda 21. In: United Nations ed. Agenda 21. Rio de Janeiro, Brazil, United Nations

United Nations. (2015). Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Retrieved from [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda %20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf)

Urmee, T., & Md, A. (2016). Social, cultural and political dimensions of off-grid renewable energy programs in developing countries. *Renewable Energy*, 93, 159-167.

Valencia, S. C., Simon, D., Croese, S., Nordqvist, J., Oloko, M., Sharma, T., & Versace, I. (2019). Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11(1), 4-23.

Valencia, S. C., Simon, D., Croese, S., Nordqvist, J., Oloko, M., Sharma, T., & Versace, I. (2019). Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11(1), 4-23.

Wagner, M., & Schaltegger, S. (2003). Introduction: How does sustainability performance relate to business competitiveness?. *Greener Management International*, (44), 5-16.

Yohannes, H., & Elias, E. (2017). Contamination of rivers and water reservoirs in and around Addis Ababa City and actions to combat it. *Environ Pollut Climate Change*, 1(116), 8.

Dumay, J., Guthrie, J., & Farneti, F. (2010). GRI sustainability reporting guidelines for public and third sector organizations: A critical review. *Public Management Review*, 12(4), 531-548

BRUNDTLAND, G. H., & Comum, N. F. (1987). Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations

Mendes, F. M. D. C. (2020). Cidades inteligentes e cidades sustentáveis: uma análise comparativa à luz da literatura e das ISOS: 37120: 2018 e 37122: 2019 (Master's thesis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

FG-SSC, I. T. U. T. (2014). Smart sustainable cities: an analysis of definitions. *International Telecommunication Union*.

FG-SSC, I. T. U. T. (2016). Shaping smarter and more sustainable cities: striving for sustainable development goals. International Telecommunication Union (ITU-T), Focus Group on Smart Sustainable Cities (FG-SSC), United Nations.

Carbon Disclosure Project (2022) - <https://www.cdp.net/en/cities/cities-scores>

IESE Business School – Cities in Motion Index - <https://media.iese.edu/research/pdfs/ST-0633-E.pdf>

Arcadis Sustainable Cities Index 2022 - <https://www.arcadis.com/en/knowledge-hub/perspectives/global/sustainable-cities-index>

Global Power City Index (GPCI) 2022 - <https://mori-m-foundation.or.jp/english/ius2/gpci2/index.shtml>

IMD Smart City Index 2023 - <https://www.imd.org/news/competitiveness/asian-and-european-citizens-see-their-cities-as-the-smartest-finds-2023-imd-smart-city-index/>

European Green City Index - <https://assets.new.siemens.com/siemens/assets/api/uuid:fddc99e7-5907-49aa-92c4-610c0801659e/european-green-city-index.pdf>

European Cities SDG Index - <https://euro-cities.sdgindex.org/#/~>

Environmental Performance Index - <https://epi.yale.edu/epi-results/2022/component/epi>

ONU SDG Ranking dos Países Membros - <https://dashboards.sdgindex.org/rankings>

World Energy Trilemma Index 2021 - <https://www.worldenergy.org/publications/entry/world-energy-trilemma-index-2021>

Anexos

Programa/projeto	Entidade	ODS	Meta/Target	5Ps	Descrição
Good Food Hubs	CMP	11, 13	11.b, 13.3	Planeta	Esta iniciativa tem como objetivo tornar mais sustentável, saudável, justo e próximo o sistema de alimentação da cidade, começando, numa zona piloto, na Asprela.
Programa 1.º Direito	Domus Social	1,11	1.4, 11.1	Pessoas	Colaboração entre o Município e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU); apoio a 1.740 agregados familiares (3.8000 pessoas) em condições habitacionais indignas no Município; investimento superior a 123 milhões de euros
Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023	CMP	1,10, 11	1.5, 10.2, 11.1	Pessoas	Duplicação do alojamento de longa duração, aumento do nº de camas disponíveis no Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano, abertura de mais dois restaurantes solidários, reforço de programas de capacitação e de integração socioprofissional
“Reciclar é Dar+”	Porto Ambiente (e Lipor)	11,12	11.3, 11.6, 12.5, 12.6	Planeta	Recolha seletiva porta a porta de resíduos verdes
Concessão das cantinas escolares	CMP	2	2.1, 2.2	Pessoas	Fornecimento de refeições à população escolar dos jardins-de-infância e do primeiro ciclo do ensino básico, previsto que agregue os trabalhadores do Município e de máquinas de <i> vending </i>
Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude -2021	CMP (iniciativa FNJA)	4,11,16	8.6, 8.B, 11.A, 16.7, 16.8	Prosperidade	Partilha de boas práticas, criação de estratégias e pela promoção de sinergias associativas e municipais. Incentivo a uma abordagem inovadora na forma de encarar as questões da participação jovem
"Horta à Porta"	CMP (e Lipor)	2,11,12	2.3, 2.4, 11.6, 12.2	Planeta	Reconversão de espaços em terreno de cultivo disponível para os municípios que queiram praticar agricultura em modo biológico
Postos de carregamento elétrico na Rua de Leonardo Coimbra e na Avenida do Parque	CMP (e EDP Comercial, Hori-zondistance, Kilometer Low Cost e Mobiletric	7, 11	7.3, 11.6	Planeta	Fruto das políticas de incentivo à redução de emissões de CO2
“Eu e a Minha Reforma” / Laboratórios de Literacia Financeira	CMP (e Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	4	4.4, 4.5, 4.6	Pessoas	Objetivo promover a capacitação financeira e digital da população com mais de 55 anos
Protocolo entre o Município do Porto e a SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria (IPSS)	CMP em parceria com a SAOM	2	2.1	Prosperidade	Município disponibiliza espaço para a confeção de refeições para os restaurantes solidários, tal como comparticipa o financiamento para a aquisição de bens não doados, num valor de 300 mil euros
InResidence	Ágora	8,11	8.3, 11.4	Pessoas	Renda acessível a artistas visuais do Porto
"Lá em Cima"	CMP (e ATP e TPNP)	8	8.9	Prosperidade	Deslocação dos turistas que habitualmente visitariam o Porto para outras áreas, como o Alto Minho
Apoio a estabelecimentos de ensino na candidatura à Bandeira Verde (programa Eco Escolas)	CMP	4,12,13	4.7, 12.8, 13.3	Planeta	Tem por objetivo o incentivo da comunidade educativa; transmissão de princípios de respeito pelo ambiente
"Porto Solidário"	CMP	1, 11	1.4, 11.1	Pessoas	Agregados familiares em fragilidade económica beneficiam de um apoio financeiro para o pagamento de rendas

Residências Partilhadas para Seniores	Domus Social em cooperação com as Juntas de Freguesia	1,10,11	1.4, 10.2, 11.1	Pessoas	Projeto de habitação social para idosos em situações de isolamento e precariedade
Rede Mundial das Cidades Amigas dos Idosos	CMP (através do Pelouro da Coesão Social)	10, 11	10.2, 11.7	Pessoas	Rede Mundial que promove o desenvolvimento de políticas de envelhecimento ativo e saudável, garantindo acesso a oportunidades que promovam a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social das pessoas idosas.
AtlaS.WH	CMP	11	11.4	Planeta	Apoiado pelo Interreg para a defesa do Património Mundial classificado pela UNESCO
Feira do Livro	Ágora	4,11	4.3, 11.4	Pessoas	Reinvenção da Feira do Livro de 2020, que permitiu a participação dos cidadãos com segurança
Young Leaders Programme	CMP (parceiro do evento)	4	4.7	Pessoas	Identificar dois jovens da cidade com ideias inovadoras na área da sustentabilidade para se envolverem com jovens líderes urbanos num ambiente multicultural <i>na Urban Future Global Conference</i>
Porto com Sentido	Porto Vivo	1, 11	1.4, 11.1	Pessoas	Inclusão e renda acessível no mercado de arrendamento para famílias portuenses
ConDomus	Domus Social	11	11.3, 11.7	Pessoas	Projeto que incentiva a gestão e administração dos espaços comuns nos prédios municipais pelos próprios moradores (criando-se "Gestores de Entradas")
Renovação da frota para veículos híbridos	Porto Ambiente	7	7.A	Planeta	Contrato de aluguer de veículos automóveis ligeiros elétricos e híbridos <i>plug-in</i>
Baixa da cidade recebe novos equipamentos de deposição de resíduos	Porto Ambiente	12	12.4, 12.8	Planeta	Os novos equipamentos instalados são mais funcionais, práticos e seguros
Nova frota de 26 veículos de recolha de resíduos	Porto Ambiente	11, 12	11.6 12.5	Planeta	Viaturas movidas a gás natural, mais silenciosas - diminuição do ruído da operação em cerca de 50% e redução da emissão de gases com efeito de estufa

Projeto das Florestas Urbanas Nativas do Porto (FUN Porto)	CMP	11, 15	11.3, 11.6, 15.1, 15.9	Planeta	Expansão destas florestas na cidade; criação de uma infraestrutura verde, envolvimento ativo de todos os municípios Este projeto integra outros 5 subprojectos: Rede de <i>Bio-spots</i> do Porto; "Se tem um jardim, temos uma árvore para si"; Viveiro Municipal do Porto que produz plantas nativas; Rota das Árvores do Porto; Porto <i>Biolab</i>
Consumo 100% Renovável de Energia no Município	CMP (e ENDESA)	7	7.2, 7.A	Planeta	Fornecimento de energia elétrica para todas as infraestruturas municipais, proveniente a 100% de fontes renováveis de energia
Aqualitrans	Águas do Porto	7	7.3	Planeta	Gestão sustentável de energia nas Estações de Tratamento de Águas Residuais do Porto, do Norte e da Galiza, bem como um pilar da economia circular.
Alargamento do título de transporte "Porto.13-15" até aos jovens de 18 anos	CMP	11	11.2	Planeta	Aliado às políticas de descarbonização; compromisso com a sustentabilidade
INTHERWASTE	CMP	11, 12	11.4, 11.6, 12.5	Paz e Parcerias	Porto integra o projeto INTHERWASTE financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com a duração de 5 anos (2016-2021); objetivo de melhoria das políticas locais e regionais de gestão de resíduos em Centros Históricos classificados pela UNESCO
Rede CE100 (Fundação Ellen McArthur)	CMP	12	12.7	Paz e Parcerias	Rede fundada para o estímulo da economia circular - aceleração da transição para uma economia circular; partilha de conhecimento e cocriação entre organizações públicas e privadas
50km de ciclovias no Porto	DMMT	11	11.3, 11.6	Prosperidade	Plano de resgate do espaço público. Expansão dos atuais 15km de ciclovias para 50km
Pacto de Autarcas para o Clima e Energia	CMP (monitorizado pela Agência de Energia do Porto)	7,12,13	7.A, 12.4, 13.1, 13.2	Planeta	Iniciativa da UE - mitigação de emissões de gases de efeito de estufa e adaptação às alterações climáticas
"Porto Energy ElevatoR" (PEER)	Agência de Energia do Porto	7, 11	7.3 11.6	Planeta	Tornar os edifícios mais eficientes e promover o auto-consumo – individual e coletivo – a partir de fontes limpas

"Porto Solar"	CMP e AdEPorto	7	7.2, 7.A	Planeta	Instalação de sistemas fotovoltaicos, com potência de 1MW (megawatt), em 29 coberturas de edifícios municipais, maioritariamente escolas.
Autocarros da STCP vão ser movidos a eletricidade 100% renovável	AMP, CMP, STCP	7,11	7.3, 11.2	Planeta	Fornecimento de energia 100% renovável da sua frota, coberta por garantias de origem. Esta solução permitirá evitar a emissão de 1.046 toneladas de dióxido de carbono para a atmosfera.
"Porto de Tradição"	CMP	4, 8, 11	4.4, 8.3, 11.4	Prosperidade	Instrumento acrescido de proteção e incentivo às atividades dos estabelecimentos e entidades reconhecidas
Shop in Porto	CMP	8	8.3	Prosperidade	Divulgação e promoção do comércio local; planeamento de compras e acesso a promoções
Ações de Consultoria a Comerciantes	CMP	4	4.4	Pessoas	Conjunto de formações gratuitas (no ano passado decorreram online), focadas nas áreas das línguas, do atendimento ao público, do vitrinismo e visual marketing, da gestão comercial, do marketing digital e ferramentas informáticas, entre outras
Memorando de Entendimento	CMP, EDP Distribuição e Agência de Energia do Porto (AdEPorto)	7	7.2, 7.A	Planeta	Assinatura do "Memorando de Entendimento"; Objetivo de desenvolvimento de soluções tecnológicas (descentralização energética, carregamento para a mobilidade elétrica, iluminação pública) de forma a acelerar de forma efetiva e eficaz a transição energética; compromisso com o pilar transversal de sustentabilidade
Porto Innovation Hub	Iniciativa CMP, Coordenado pela Porto Digital	11, 16	11.3, 16.7	Prosperidade	O Porto Innovation Hub pretende estimular o diálogo entre todos os agentes da cidade no processo de evolução e melhoria contínua desta
2nd ICC City Lab (parte de 100 Intelligent Cities Challenge (ICC))	CMP (Porto Digital) com a Comissão Europeia	11,13,15,17	11.6, 11.A, 11.B, 17.6, 17.10, 17.13, 17.16, 17.17	Paz e Parcerias	Encontro entre várias cidades europeias a partilharem ideias para a recuperação e desenvolvimento futuro (pós pandemia)
ScaleUp Porto	Associação Porto Digital em parceria com UPTEC, Porto Business School, P.Porto e Agenda Nacional de Inovação	8, 9	8.2, 8.3, 9.5	Prosperidade	Iniciativa criada para apoiar o crescimento de <i>startups</i> tecnológicas da cidade. Incentivo à criatividade, à inovação e ao empreendedorismo
Porto Design Biennale	Município do Porto e de Matosinhos	11, 16	11.A, 11.B, 16.7	Prosperidade	Reflexão sobre o <i>design</i> e da sua capacidade no delineamento de novas soluções para problemas coletivos a nível do uso, planeamento e sustentabilidade dos centros urbanos, da mobilidade dos cidadãos e "da forma como o espaço público pode manter-se como catalisador de experiências"

Cultura em Expansão	Ágora	11	11.4	Prosperidade	Promoção da cultura: espetáculos, concertos, etc; divulgação e promoção de eventos culturais
Ateliers Municipais	Ágora	8,11	8.3, 11.4	Pessoas	Renda acessível a artistas visuais do Porto
“O processo de Inovação Social: das oportunidades & desafios à mudança sistémica”	CMP (Centro de Inovação Social (CIS))	1, 12	1.B, 12.1, 12.8	Paz e Parcerias	Debate de ideias no campo do empreendedorismo e da inovação Aborda processo de inovação social desde a geração de ideias até à implementação e sustentabilidade, acabando na mudança sistémica
CITIES Forum 2020	CMP e Comissão Europeia	13,17	13.3, 17.6	Planeta	Autarcas e outros líderes da Europa definem o que será o futuro das suas cidades numa perspetiva moderna de sustentabilidade. O plano é desenhado durante dois dias de trabalho, na Alfândega do Porto, onde decorrerá uma série de eventos práticos, oficinas, debates e apresentações.
Linha Porto.	CMP	16	16.6	Pessoas	Serviço telefónico municipal através do qual os municípios podem contactar diretamente o Município - obtenção de informação, esclarecimento de dúvidas sobre procedimentos administrativos, reporte de ocorrências; questões relacionadas com Urbanismo, Águas do Porto e outras áreas também são respondidas através deste canal
Implementação do sistema de código ColorADD no Estádio do Dragão	FCPorto	10	10.2	Pessoas	Implementar o sistema em vários suportes para que quem não distingue as cores não se sinta limitado no acesso ao recinto em dia de jogo
Projeto das 100.000 árvores: FUTURO	CRE.Porto (Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto), coordenada pela Área Metropolitana do Porto e pela Universidade Católica Portuguesa (Porto)	11,13,15	11.3, 13.1, 15.9	Planeta	Reabilitação ecológica de áreas ardidas, degradadas ou subaproveitadas; adequação da gestão da vegetação e da plantação e manutenção de árvores e arbustos nativos

U.Porto tem classificação platina no âmbito do programa "Healthy Campus" (dos primeiros do mundo)	U.Porto	3	3.4	Prosperidade	Classificação obtida pela Federação Internacional de Desporto Universitário. A UP teve 96 de 100 critérios aprovados na sua candidatura (critérios relacionados com os ODS); destaca-se as áreas da Gestão de Campus Saudável, Atividade física e desporto, Nutrição, Prevenção de doenças, Saúde mental e social, Comportamento de risco, Meio ambiente, Sustentabilidade e Responsabilidade social.
LIPOR reaproveitou 14.000 toneladas de bens materiais em 2020	LIPOR	12	12.5	Planeta	13.719 Toneladas de bens materiais foram reaproveitados, transformados ou valorizados localmente - evitou-se o gasto de 684.034 euros no tratamento destes resíduos e menos 2.872 toneladas de emissões CO2
Criação de peças de <i>upcycling</i>	Escola de Moda do Porto	11, 13	11.B, 13.3	Prosperidade	Estudantes do 3.º Ano do curso profissional de Design de Moda da EMP estão a aplicar o seu conhecimento e capacidade criativa na criação de peças de <i>upcycling</i> que serão depois comercializadas numa aplicação de venda de artigos em segunda mão (MyCloma); as receitas das vendas serão doadas
TEDxPorto Award 2020	TEDxPorto (apoio da Taylor's)	11, 13	12.7, 12.8, 13.2, 13.3, 13.B	Planeta	Distinguir soluções com impacto positivo na sociedade no domínio da sustentabilidade ambiental
"Mercado de Vilar: Oportunidades de Sonhar"	Associação Espaço T	10	10.B	Prosperidade	Evento solidário, que reúne um conjunto de produtos oferecidos por conhecidas marcas portuguesas e que visa angariar fundos para aumentar a sustentabilidade e capacitação financeira da instituição.
"Dar e Reutilizar"	Kristine Vuhta	12	12.5	Planeta	Plataforma <i>online</i> pretende aliar a vertente solidária a uma consciencialização ambiental, tendo como principal missão a diminuição dos ímpetos consumistas. Roupas, mobiliário, brinquedos, eletrodomésticos ou ferramentas são alguns dos artigos que podem ser encontrados neste espaço dedicado à reutilização e à sustentabilidade.
Big Buyers Initiative	CMP	12	12.7	Prosperidade	O projeto Big Buyers Initiative teve como principal objetivo a partilha de conhecimento e boas práticas entre compradores públicos, para a adoção de compras estratégicas e implementação de projetos sustentáveis e inovadores.

Revitaliza Porto	CMP	8	8.3	Prosperidade	A iniciativa “Revitaliza Porto” foi criada como uma forma de auxiliar empresas da cidade na sua resposta à crise pandémica.
Porto. for talent	CMP	8	8.2, 8.3	Pessoas	A iniciativa Porto. <i>For talent</i> tem como principal objetivo promover a Cidade enquanto local ideal para a instalação de empresas e profissionais qualificados.
Reinventar Porto	CMP + ANJE	8	8.3	Prosperidade	Integrada na iniciativa Revitaliza Porto, o Reinventar Porto tem como objetivo capacitar pequenas e micro-empresas da Cidade para a transformação digital. Promovida pela Câmara Municipal em conjunto com a ANJE – Associação de Jovens Empresários, este programa surgiu como resposta à necessidade de reforçar competências de empresas, através do apoio à introdução de soluções como a gestão do trabalho à distância, novos modelos de negócios ou a produção de conteúdos para o meio digital.
Cidade das profissões	CMP	4,8	4.4, 8.3, 8.5	Prosperidade	A Cidade das Profissões pertence à Rede Internacional de Cidades das Profissões e tem como missão promover a empregabilidade e o empreendedorismo das pessoas, apoiando-as na gestão dos novos desafios e transições profissionais e ajudando-as a descobrir o seu potencial profissional e a definir novas estratégias de abordagem ao mercado de trabalho
Mais Metro do Porto	CMP, Metro do Porto	11	11.2	Prosperidade	Em 2020, a Metro do Porto procedeu à assinatura de dois contratos com os consórcios responsáveis pela construção e extensão das linhas Rosa e Amarela. Estes dois acordos representam, no conjunto, um dos maiores investimentos públicos atualmente em curso no nosso país.
Andante 13-18	CMP	11	11.2	Pessoas	Este programa consiste em conceder a gratuidade do Andante, o título de transporte intermodal da Cidade, aos jovens entre os 13 e os 18 anos.
Reforço no transporte rodoviário	CMP	11	11.2	Prosperidade	Atendendo às imposições na redução do número máximo de passageiros derivadas do combate à pandemia COVID-19, houve a necessidade de reforçar algumas linhas e horários da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP)
Construção de Habitação de Rendas Acessíveis	CMP	1,4	1.4, 11.1	Pessoas	Estes projetos tem como objetivo a colocação, no mercado de arrendamento, de fogos a preços acessíveis, para famílias de rendimentos intermédios, promovendo simultaneamente intervenções urbanísticas de requalificação do território
Habitação Municipal de Renda Apoiada	CMP	11	11.4	Pessoas	Em 2020 deu-se continuidade às intervenções para reabilitação do interior de casas devolutas.

“Não é tudo teu, é tudo nosso!”	CMP	11	11.3, 11.7	Prosperidade	Com a multiplicação de meios de transporte suave na Cidade, foi necessário sensibilizar os cidadãos para as regras de uso correto do sistema de partilha de veículos, para a correta ocupação das vias da Cidade e para os benefícios dos modos suaves como alternativa não poluente. Tal necessidade levou à realização de uma campanha que contemplou a colocação de <i>mupis</i> e distribuição de <i>flyers</i> nas ruas, além da disponibilização de informações sobre a temática nos postos de turismo oficiais, equipamentos municipais e meios digitais do município.
Zonas Pedonais Temporárias	CMP	11	11.6, 11.7	Prosperidade	Entre junho e dezembro de 2020, o município do Porto implementou o programa Zonas Pedonais Temporárias. Este programa, realizado em conjunto pela Ágora, a Polícia Municipal e 22 associações locais, consistiu no encerramento temporário de eixos rodoviários da Cidade, sendo estes colocados à disposição dos pedestres. Tal permitiu incentivar a prática de exercício físico, garantindo o distanciamento social imposto pela pandemia; promover maior fruição do espaço público; e reduzir a poluição a nível local, fruto da priorização a passeios pedonais e modos suaves de transporte utilizados em detrimento do veículo automóvel.
Rede Ciclável	CMP	11	11.3	Prosperidade	Em 2020 foram adicionados 16 km de percursos cicláveis na cidade do Porto, que conta agora com 35 km de percursos cicláveis, de um total de 54 projetados. Pretende-se que esta rede possa garantir a ligação entre as zonas habitacionais, zonas de serviços e equipamentos da Cidade, como por exemplo universidades e escolas.
Modos suaves de transporte	CMP	11	11.3	Prosperidade	Em fevereiro de 2020 foram atribuídas três licenças de utilização do espaço público para modos suaves de transporte (trotinetes e bicicletas elétricas) permitindo um número de veículos por licença até 900. Para além disso, foram delimitados por toda a Cidade 215 locais de estacionamento para estes veículos.

Mercado do Bolhão	CMP	11	11.4	Prosperidade	Mercado do Bolhão Em 2020 foi dada continuidade à empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, a cargo da Go Porto
Museu da Cidade do Porto	CMP	11	11.4	Pessoas	Em 2020 foi possível avançar com a reabilitação e musealização de várias extensões do Museu da Cidade. Este projeto permitirá constituir um museu à escala da Cidade, incorporando 17 estações entre sítios arqueológicos, núcleos museológicos, parques e jardins.
Rua Direita	CMP	9,11	9.1, 11.3, 11.7	Prosperidade	Ao longo de 2020 consolidou-se o projeto da Rua Direita, que abrange a reabilitação de cerca de uma centena de arruamentos do sistema viário municipal secundário, dispersos por várias freguesias. Em setembro, iniciou-se a primeira intervenção com os trabalhos de requalificação no troço nascente da Rua de Vila Nova. No final do ano, foi ainda lançado o concurso público para a empreitada de requalificação do troço poente da Rua de Vila Nova e da Travessa da Costibela.
Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	CMP	1, 11	1.5, 11.5	Pessoas	Como forma de dar resposta à vaga de frio que atingiu a Cidade e o país no final de 2020, a Câmara do Porto ativou o Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, num trabalho feito em cooperação com o Departamento de Coesão Social, a Segurança Social, a Polícia Municipal, a Proteção Civil municipal, o Batalhão de Sapadores Bombeiros, a Médicos do Mundo e outras organizações não-governamentais da cidade. Este plano salvaguardou a abertura da estação de metro dos Aliados durante a noite enquanto local de pernoita, equipas voluntárias para transportar pessoas, integração do Centro de Acolhimento de Emergência COVID-19, e rastreios COVID aos interessados. Adicionalmente, garantiu-se a permanência de equipas da Proteção Civil e voluntários pela Cidade, distribuindo cobertores, alimentação e bebidas quentes a quem não aceitasse pernoitar nos locais mencionados e mantendo ainda em funcionamento os restaurantes solidários da Cidade

Centro de Gestão Integrada	CMP	1, 11	1.5, 11.b	Paz e Parcerias	Em funcionamento desde 2015, o Centro de Gestão Integrada (CGI) constitui o centro de coordenação operacional do município do Porto, integrando as seguintes entidades: Polícia Municipal, Batalhão de Sapadores Bombeiros, Proteção Civil municipal, Mobilidade e Transportes, Ambiente, Limpeza Urbana, Polícia de Segurança Pública e segurança privada. Neste espaço, é possível ao município assegurar a resposta a quaisquer ocorrências na Cidade de forma rápida e organizada, bem como garantir a coordenação de grandes eventos da Cidade, no qual o CGI passa ainda a integrar, de modo temporário, entidades como o INEM, STCP, Metro do Porto ou Proteção Civil distrital.
Hackathon Porto Circular	CMP	12	12.2, 12.8	Prosperidade	A competição <i>Hackathon</i> Porto Circular 2020 trouxe à cidade a oportunidade de impulsionar o seu programa de economia circular (baseado no <i>Roadmap</i> da Economia Circular do Porto), lançando desafios no sector da alimentação com vista ao desenvolvimento de ideias, produtos ou serviços com foco na circularidade do mesmo.
Explore.Porto	CMP	9,16	9.c, 16.10	Pessoas	Lançado em 2020, este projeto constitui um novo serviço que desafia cidadãos e turistas a conhecer e a explorar a cidade e a aceder à informação em tempo real, através dos 1 300 <i>beacons</i> instalados em paragens de autocarro e pontos de interesse turístico.
Plataforma “Data4COVID19”	CMP	17	17.18	Paz e Parcerias	No sentido de redirecionar as atividades para o contexto das linhas de apoio disponibilizadas para o combate à pandemia, foram desenvolvidas parcerias com a Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e mais dois parceiros privados, com vista ao desenvolvimento do projeto Data4COVID19. Esta plataforma potencia, de forma integrada, o cruzamento de múltiplas fontes de dados, permitindo às entidades relevantes em cada uma das áreas de ação desenhar, implementar e monitorizar medidas de combate à COVID-19.
City Catalyst – Catalyst for Smart and Sustainable Cities	CMP	8, 11	8.2, 11.3	Prosperidade	Iniciado em julho, o projeto financiado pelo Portugal 2020 permitiu investigar e desenvolver novos produtos, processos e serviços com elevado potencial. Este projeto pretende deixar um contributo na gestão urbana integrada, eficiente e catalisadora da inovação, a partir de contribuições específicas para a implementação e interoperabilidade das plataformas urbanas.

Great Wine Capitals Global Network	CMP	11, 17	11.4, 17.6	Paz e Parcerias	Enquanto membro ativo da rede <i>Great Wine Capitals Global Network</i> , o município participou em 2020 nas várias reuniões promovidas por esta, colaborando ainda na definição do plano de atividades e orçamento para o ano de 2021. Foram também desenvolvidos vários artigos para incorporação no <i>website</i> e redes sociais desta rede. A organização, fundada em 1999, promove iniciativas destinadas à partilha de conhecimento e experiências que permitam estimular negócios e inovação em regiões vinícolas cujo património económico e cultural é reconhecido internacionalmente. O Porto, enquanto bandeira de uma importantíssima região vinícola, representa, nesta rede, as regiões do Douro e dos Vinhos Verdes.
Porto Film Commission	CMP	4, 11	4.4, 11.4	Pessoas	Com a missão de promover o Porto enquanto destino para a produção audiovisual, a <i>Porto Film Commission</i> trabalha todos os anos de modo a proporcionar um conjunto de serviços às produtoras audiovisuais que as motive a escolher o Porto, enquanto cenário das suas produções. Em 2020 foi possível analisar e responder a 47 pedidos de apoio, um número apreciável considerando os constrangimentos impostos pela pandemia.
Apoio alimentar	CMP	2	2.1	Pessoas	Como forma de garantir o apoio alimentar às populações mais vulneráveis, em 2020 foram servidas mais de 137 mil refeições nos restaurantes solidários da cidade. No âmbito da ação social escolar, foram servidos mais de 530 mil almoços, e mais de 560 mil lanches a alunos das escolas básicas do 1º ciclo e jardins-de-infância. Como forma de providenciar uma refeição completa a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, foi ainda salvaguardada a abertura das cantinas escolares durante as pausas letivas da Páscoa, do verão e do Natal. Atendendo às restrições associadas à pandemia, disponibilizou-se ainda às famílias o serviço de refeições escolares em modalidade takeaway.

Projeto (D) de Eficiência	CMP	4,8,10	4.4, 8.3, 8.5, 10.2	Pessoas	Esta iniciativa surge com o objetivo de sensibilizar os empregadores para a importância de reconhecerem as competências das pessoas com deficiência e incapacidade e de capacitar estes candidatos para que consigam responder às exigências do mercado de trabalho, e resulta de uma parceria entre Associação Empresarial de Portugal, Associação do Porto de Paralisia Cerebral, Associação Salvador, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Politécnico do Porto e Universidade do Porto.
Porto_4_ All – Programa de integração profissional de migrantes.	CMP	4,8,10	4.4, 8.3, 8.5, 10.2	Pessoas	Consiste num programa que contempla a linha Revitaliza Porto. (em vigor até maio de 2021), como o serviço de atendimento <i>online</i> da InvestPorto que lhe seguiu atenderam pedidos de 194 empresas com operações no Porto, sobretudo micro e pequenas empresas concentradas nos setores mais afetados pela pandemia, nomeadamente o Turismo, a Hotelaria, a Restauração e o Comércio, e que representam cerca de 1 571 postos de trabalho e 54 milhões de euros em volume de negócios anual. Ações de capacitação e aproximação ao mercado de trabalho de migrantes, ações de sensibilização e informação para potenciais empregadores e ações de capacitação e informação para os profissionais da Rede Social do Porto. Este projeto resulta da cooperação entre a Câmara Municipal do Porto, o Alto Comissariado para as Migrações - ACM, a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, Associação Seiva, Cesae Digital, EAPN – Rede Europeia Anti pobreza e IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.
Cartão Porto.	CMP	11	11.2 11.4 11.7	Paz e Parcerias	Este cartão tem o objetivo de permitir uma mais rápida e eficaz interação com todos os serviços e equipamentos municipais, garantindo o acesso a diferentes espaços municipais, estabelecendo benefícios para os munícipes e desenvolvendo e promovendo o espírito de cidadania. Através da adesão a este cartão, os munícipes têm acesso a vários espaços municipais, incluindo descontos, e ainda a possibilidade de integrar a assinatura mensal de transporte público, o Andante.

CitiMeasure	EuroCities	11,17	11.6, 11.B, 17.6	Paz e Parcerias	O projeto <i>CitiMeasure</i> , sob a coordenação da <i>Enrocities</i> (2021-2023), visa reunir as experiências e conhecimentos de cidades, organizações e redes europeias na implementação de iniciativas de ciência cidadã. O projeto segue uma abordagem de cocriação para desenvolver e testar três instrumentos para enfrentar os desafios comuns na ciência cidadã, nomeadamente, comparabilidade de iniciativas de medição da qualidade do ar, competências (habilidades, conhecimento e atitude) para inclusão digital e influência de iniciativas de ciência cidadã sobre mudanças de comportamento e políticas.
Impressão 3D - Aplicada na rede de abastecimento de água	Águas e Energia do Porto	6, 14	6.3, 14.1	Planeta	Consiste num novo projeto de desenho e impressão 3D de peças e acessórios para instalação na rede de abastecimento de água. Estes acessórios são produzidos em bioplástico, cuja matéria-prima é de origem vegetal, aprovada para o contacto com água potável.
Programa Municipal de Reconhecimento “Confiança Porto”	CMP	8	8.3, 8.9	Prosperidade	Este programa visa distinguir os estabelecimentos de alojamento turístico em funcionamento no Concelho do Porto, que evidenciem um conjunto de boas práticas ao nível do acolhimento, da limpeza, dos equipamentos, das infraestruturas, da manutenção, do ambiente e da segurança, representando exemplos de excelência.
Sistema de Videovigilância para a cidade do Porto	CMP, Porto Digital, o Comando Metropolitano do Porto, a Polícia Municipal	11, 16	11.7, 16.1	Paz e Parcerias	Consiste num Sistema de Videovigilância da Cidade do Porto. Foi definida a localização das câmaras de videovigilância e a solução de arquitetura com o objetivo de montar um sistema redundante de gravação, de modo a responder aos requisitos do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Centro de Transição Energética	CMP, Agência de Energia do Porto, E-REDES	7,12,13	7.1 12.8 13.3	Planeta	O novo centro pretende atuar em sintonia com a promoção do desenvolvimento de soluções de tecnologia em áreas como a produção descentralizada, a mobilidade elétrica e a iluminação pública. Desta forma, tem como foco principal envolver diferentes parceiros e os cidadãos na sensibilização para a importância da transição energética, no combate às alterações climáticas. Entre os objetivos está a disponibilização de um local que permite capacitar e informar os cidadãos sobre a evolução das redes e das cidades inteligentes, procurando explicar os desafios existentes e apresentar as soluções desenvolvidas pelas três entidades promotoras do projeto em áreas como a produção descentralizada, a otimização do carregamento para a mobilidade elétrica e a iluminação pública.
Projeto Cooperative-Streets	CMP	9,11	9.1 11.2	Pessoas	Na temática do processamento, armazenamento e análise de dados para melhoria de processos, surge o Projeto C-Streets, focado na monitorização de tráfego rodoviário e pedonal, que pretende introduzir nas cidades uma revolução tecnológica rodoviária. O objetivo não é só de obtenção de dados para mensuração em tempo real da procura viária da cidade, mas também no apoio a estudos de tráfego, incluindo meios suaves de transporte como bicicletas e trotinetes e a monitorização das condições de circulação nestas zonas
Portal do Município	CMP	16	16.6	Prosperidade	Este veio substituir o Balcão de Atendimento Virtual (BAV), com uma navegação mais “ <i>user-friendly</i> ”, respondendo às exigências dos gestores de conteúdo, ao simplificar o processo e reduzir o esforço de manutenção, que contou com mais de 215 732 visitas. A par deste portal, manteve-se em operação o Núcleo de Reclamações, um modelo de gestão centralizada, tendo recebido 660 solicitações; tal como a Linha Porto. Enquadrada na visão estratégica do Gabinete

Reconhecimentos	CMP	8,11	8.9, 11.7	Paz e Parcerias	Em 2021, o Porto ficou em 2º lugar nos rankings “ <i>The best cities in Europe 2021</i> ” e “ <i>The 10 best destinations for solo female travellers</i> ”, elaborados pelos leitores da Condé Nast Traveller.
Taxa Municipal Turística (TMT)	CMP	8	8.9	Paz e Parcerias	À semelhança dos anos anteriores, deu-se continuidade à monitorização da atividade das entidades exploradoras de alojamento turístico, nomeadamente no que concerne aos registos de novas entidades, cadastros e cessações de alojamentos na Plataforma da Taxa Municipal Turística (PTMT).
Refrescar a promoção e divulgação turística do Porto	CMP	8, 11	8.9, 11.4	Prosperidade	Em alinhamento com a estratégia municipal de valorização e promoção de todo o território, e de desconcentração dos fluxos turísticos, delineou-se, em 2021, uma linha de comunicação e de promoção da cidade que alancasse todos os seus ativos, complementando, ou até mesmo constituindo, uma alternativa aos habituais roteiros turísticos, num convite a viver a cidade como um residente, abrangendo as mais diversas áreas e interesses pessoais. Ao nível do material promocional foram distribuídos 335 624 mapas e 36 341 unidades de guias e roteiros pelos estabelecimentos de alojamento turístico e em eventos, feiras de turismo, escolas, postos de turismo, APDL e empresas de animação turística.
Programa " Aconchego "	CMP, FAP	10,11	10.2, 11.7	Pessoas	O Programa Aconchego resulta de uma parceria entre o Município e a Federação Académica do Porto e integrou 20 participantes, contribuindo assim para minimizar o sentimento de isolamento dos seniores residentes no concelho.
Projeto Chave de Afetos	Santa Casa da Misericórdia e CMP	10,11	10.2, 11.7	Pessoas	O objetivo principal do projeto é a diminuição do isolamento social dos seniores que residem na cidade, proporcionando-lhes o usufruto gratuito de uma resposta disponível 24 horas por dia e 365 dias por ano e que integra a componente tecnológica e a humana, monitorizando as pessoas idosas de forma contínua. Os parceiros do programa são as Juntas e Uniões de Freguesias e a Domus Social, enquanto entidade responsável pelo parque habitacional municipal.

Programa Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA)	Domus Social	8, 10	8.5, 10.2	Pessoas	Consiste num conjunto de atividades de natureza sociocultural, que visam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas Comunidades Desfavorecidas do Vale da Ribeira da Granja, do Vale de Campanhã/Norte e do Vale de Campanhã/ Sul. Das múltiplas iniciativas efetivadas, destacam-se a capacitação dirigida aos gestores de entrada do Programa ConDomus e as iniciativas artísticas direcionadas aos jovens das comunidades desfavorecidas
Rede Social do Porto	CMP	1, 10	1.3, 1.B, 10.3	Paz e Parcerias	A Rede Social tem como objetivo impulsionar um trabalho de parceria alargado com vista à promoção do desenvolvimento social ao nível local, adotando um modelo de governança colaborativa, que responde com maior eficácia à implementação de políticas públicas e com maior eficiência na afetação de recursos, envolvendo cerca de 291 os parceiros públicos e privados. A Rede continuará a ser um instrumento privilegiado da intervenção social na Cidade, reforçando o trabalho colaborativo e a abordagem integrada dos problemas e da intervenção social. A Rede Social visa a adequação de uma intervenção social planeada e eficaz, através de um processo partilhado e articulado, cujo intuito é o de convergir esforços para a promoção do desenvolvimento e coesão social da cidade do Porto.
Escola Solidária - Cooperação e apoio às Escolas e Comunidade Educativa	CMP	2	2.1, 2.2	Pessoas	A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas do Natal, Carnaval, Páscoa e Verão e, decorrente da evolução pandémica, disponibilizou-se às famílias o serviço de refeições na modalidade takeaway.

Projeto Mediadores Municipais Interculturais	CMP	10	10.1, 10.2	Pessoas	O Projeto de Mediadores Municipais e Intercultural é o resultado de uma candidatura ao POISE, com o alto patrocínio do Alto Comissariado para as Migrações e que conta com 4 entidades parceiras que atuam nos territórios prioritários de intervenção, que emergiram no diagnóstico inicial e estiveram na base do desenho do projeto. São estas o/a: Espaço T - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária; associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde; Associação Ludotecas do Porto; e JRS-Portugal- Associação Jesuíta aos Refugiados - Associação Humanitária; Mediação Intercultural. O Projeto promove e consolida a interculturalidade no concelho, aspeto essencial para o desenvolvimento de comunidades mais inclusivas.
Combate à pandemia	CMP	2, 3	2.1, 3.3	Pessoas	No que toca ao combate à pandemia o Porto desenvolveu e manteve vários projetos que já havia desenvolvido em 2020. Manteve-se em funcionamento o Centro de Alojamento de Emergência COVID-19 para dar resposta de forma célere à declaração do Estado de Emergência, no que diz respeito à proteção da população em situação de sem abrigo, tendo sido acolhidas 89 pessoas. Foi também reforçado o apoio alimentar às populações mais vulneráveis, com mais de 188 mil refeições servidas durante o ano. A resposta residencial temporária de retaguarda, criada em 2020 para apoiar lares com surtos ativos Covid-19, permitindo a separação de idosos negativos cuja proteção não estivesse salvaguardada no lar de origem, manteve-se em funcionamento até março de 2021, tendo apoiado nove lares, num total de 65 pessoas idosas.
" Porto, Cidade sem Droga "	CMP	3, 11	3.3, 3.5, 11.6	Pessoas/Prosperidade	Com o foco na promoção das melhores condições de salubridade e saúde pública, o projeto Porto, Cidade Sem Droga consiste na recolha de resíduos gerados por pessoas sem-abrigo e/ou relacionadas com o consumo de estupefacientes. Os trabalhos no âmbito deste projeto realizam-se em todo o município, havendo, contudo, áreas com maior frequência de intervenção devido aos padrões de utilização das mesmas. Com estas intervenções promove-se a salubridade destas áreas e suas envolventes.

" Porto sem Diabetes "	CMP	3	3.4, 3.8	Pessoas	No âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença foram realizadas ações que promoveram a adoção de estilos de vida saudáveis, com iniciativas, à distância, de sensibilização e educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para tratamento.
" Desporto365 "	Ágora	3	3.4	Pessoas	Desporto365 é a nova plataforma digital do Município do Porto, que agrega toda a oferta desportiva da cidade ao nível dos seus equipamentos e modalidades disponíveis, com informações atualizadas sobre todos os clubes e entidades que se dedicam à prática da atividade física e desportiva na área geográfica do Porto.
" Pausas Breves para Cuidar Melhor "	CMP	3,8	3.8, 8.3	Pessoas	Na sequência dos confinamentos decorrentes da pandemia, foi criado o programa "Pausas Breves para Cuidar Melhor", dirigido a cuidadores informais, que reforça a atuação disponibilizada pelo município através de Ações de Capacitação para Cuidadores Informais. Este reforço foi complementado por Sessões de Apoio Emocional.
Desporto no Bairro	Ágora	3, 10	3.4, 10.2	Pessoas	"Desporto no Bairro" é o nome do programa que a Câmara do Porto, através da empresa municipal Ágora - Cultura e Desporto do Porto, vai desenvolver em oito bairros da cidade, com o objetivo de dar a conhecer e despertar o interesse dos mais jovens pelo <i>breaking</i> - modalidade que se estreia no programa olímpico em 2024. O resultado do projeto, que será dinamizado no terreno por alguns dos campeões mundiais que integram os b-boys dos portugueses <i>Momentum Crew</i> , será apresentado em palco no próximo mês dezembro.
Missão Férias@Porto	ADADA, CMP	10, 11	10.2, 11.7	Pessoas	Dividido por semanas temáticas, o programa inclui mais de 30 atividades adaptadas a cada escalão etário, que se enquadram na oferta existente na cidade. Haverá muito desporto – com modalidades como atletismo, voleibol, rugby, andebol, basquetebol, badminton, bowling, dança, esgrima, robótica, boxe, jogos tradicionais, minigolfe, tiro com arco, surf, skate ou xadrez – e também visitas a museus, praias, jardins e parques, oficinas de alimentação e ciência, sessões de magia e outras surpresas.

Retoma Desporto	CMP	3,4	3.4, 4.4	Paz e Parcerias	Consiste numa nova linha de incentivo que abrangeu 45 clubes e associações desportivas, apoiando a aquisição de material desportivo e médico-desportivo. O Município do Porto isentou ainda os clubes do pagamento relativo à utilização dos equipamentos desportivos municipais.
“Quanto mais cedo melhor” e “Levar a saúde mental onde ela não chega”	CMP	3	3.4	Pessoas	Estes dois programas pretendem criar mecanismos de intervenção precoce na saúde mental infantil. No decorrer de 2021, os 2 projetos contaram com a participação de cerca de 800 pessoas, entre alunos, encarregados de educação, professores e outros agentes educativos.
Disponibilização de Equipamentos Desportivos	GO Porto	3,11	3.4, 11.7	Pessoas	Com o foco na promoção da saúde e bem-estar dos munícipes, foi delineada uma rede base de locais para instalação de equipamentos desportivos informais, associados a espaços verdes. Foram instalados mais de 100 equipamentos desportivos em 18 espaços verdes da cidade.
Bibliotecas Municipais	CMP	4,11	4.3, 11.4	Pessoas	As Bibliotecas Municipais mantiveram o empréstimo domiciliário, as atividades educativas e informação, disponibilizando o acesso gratuito a publicações periódicas de mais de 150 países e em mais de 60 línguas através da aplicação <i>Press Reader</i> , e o Arquivo Histórico deu continuidade à leitura e pesquisa de informação assegurando também a digitalização da documentação.
Programa de Arte Urbana do Porto	CMP	11	11.4	Prosperidade	Inaugurado em 2014, o programa contou com a intervenção de diversos artistas para aplicarem os seus trabalhos em murais da cidade do Porto, de forma a divulgar e sensibilizar a produção criativa da arte urbana, ao longo dos anos.
Campus Paulo Cunha e Silva	CMP	4,11	4.A,11.4	Prosperidade	O Campus Paulo Cunha e Silva é um novo centro de residências artísticas e espaço de trabalho para as artes performativas, na cidade do Porto. O projeto pretende viabilizar a criação de uma forma mais sustentável, permitindo um espaço e um tempo para os artistas, adequado ao momento contemporâneo, onde a experimentação e criação de comunidade são fulcrais. O centro procura dar resposta a novos formatos de apoio a práticas artísticas, não incidindo na sua apresentação.

Gestão do património cultural dos cemitérios	CMP	11	11.4	Prosperidade	Em 2021, destaca-se a conclusão do restauro da abóbada da capela do Cemitério Prado do Repouso. O Cemitério do Prado de Repouso reúne um amplo conjunto de arte funerária portuense muito própria, pela predominância do neogótico, a utilização do granito e a monumentalidade dos jazigos-capela.
Estratégia da Juventude do Porto 4.0	CMP	4,8,10,16	4.1, 4.4, 4.7, 8.6, 10.3, 16.7	Pessoas	A Estratégia da Juventude do Porto 4.0 trata-se de um documento orientador destinado aos Jovens, sendo esta, a quarta versão de um Plano Municipal da Juventude, que remonta a 2009. Neste documento orientador das políticas e atividades da juventude do Porto são estabelecidos grandes objetivos estando principalmente assente em 5 Objetivos da Juventude do Porto: Empregabilidade jovem; Aprendizagens de qualidade; Diversidade e igualdade de oportunidades; Ambiente e desenvolvimento sustentável; Participação Jovem
Arco Maior	CMP	4	4.2, 4.4	Pessoas	Para os jovens com a visão que a escola tradicional não é o caminho, e para que estes não fossem excluídos, nasceu o projeto Arco Maior de modo a orientar estes jovens da melhor forma possível. No ano de 2021 Arco Maior já contou com 300 formandos. O Arco Maior proporciona aos formandos aulas de cozinha, carpintarias, escultura e pintura onde ainda há momentos para viajar, atividades de autoconhecimento, criatividade de modo a garantir o que é essencial, encontrar um rumo e combater a exclusão.
Porto, Cidade Amiga das Crianças	UNICEF Portugal	2, 3,4, 16	2.2, 3.2, 4.1, 4.2, 16.2	Pessoas/Prosperidade	O Programa Cidade Amigas das Crianças, promovido pela UNICEF Portugal desde 2015, preconiza a adoção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que potencie a articulação entre todos os sectores municipais e o estabelecimento de parcerias com instituições da comunidade que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, em particular das crianças.
Porto de Conhecimento	CMP	4, 9	4.B, 9.5	Pessoas	Através deste programa foram angariadas 70 bolsas de estudo para o ensino superior e dinamizaram-se 13 parcerias com IES/Centros de Investigação que se implicam e apoiam projetos de investigação científica nas escolas e que beneficiaram 267 alunos em 2021.

Ramal da Alfândega – participação dos cidadãos	CMP	11, 16	11.2 11.3 11.7 16.7	Pessoas	As duas soluções apresentadas foram a construção de uma ciclovia ou a construção de uma via para circulação de um transporte público elétrico, ligando a estação da Campanhã à zona da Alfândega em Miragaia. Trata-se de um percurso junto ao rio que se desenvolve na escarpa, a uma cota mais elevada, com um elevado potencial turístico, mas também de promoção da mobilidade. As opiniões dividiram-se sobre estas duas opções nomeadamente durante o período de consulta pública que foi efetuado através de um formulário <i>online</i> . Em resultado acabou por ser a conciliação de ambas as soluções através um projeto que permita tanto a circulação dos transportes públicos como a de modos de circulação suaves.
" Do Well Do Good Challenge "	ShARE-UP, PBS, CMP	10, 11, 16	10.2, 11.3, 16.7	Pessoas/Planeta	Este concurso é composto por uma maratona de ideias que desafia estudantes da Universidade do Porto a encontrarem soluções inovadoras que respondam a questões do dia-a-dia e que contribuíssem dessa forma para o desenvolvimento sustentável do Porto.
Capacita.TE - Plano Local de Capacitação de Jovens e Dirigentes Associativos Juvenis.	CMP	4, 11, 16	4.4, 11.3, 16.7	Pessoas	Dando seguimento à missão do município do Porto e cumprindo com o objetivo de melhorar as competências dos jovens da cidade através da educação não-formal, foi realizada uma auscultação junto dos parceiros estratégicos de forma a construirmos um plano de capacitação que vá de encontro às suas necessidades.
Power Code	CMP	4, 8	4.4, 8.6	Pessoas	Este programa é destinado a um público jovem que esteja com dificuldades em entrar no mercado de trabalho ou desempregado, capacitando os participantes em bases de código e programação, ajudando-os a tornarem-se programadores qualificados e com capacidade de integração do mercado de trabalho.
Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa	CMP	4, 8,	4.4, 4.5, 4.6, 8.6	Pessoas	Serão criados laboratórios de Português, com grande recurso às tecnologias da informação e comunicação, de modo a potenciar o exercício da expressão escrita e oral.

Programa SWitCH	Porto Tech Hub	4, 8	4.3, 4.4, 8.5, 8.6	Pessoas	Esta iniciativa foi promovida pelo Porto <i>Tech Hub</i> e tem como objetivo a rápida inserção no mercado de trabalho na área das tecnologias da informação. A edição deste ano teve 33 vagas disponíveis.
Projeto Orgânico	CMP	11, 12	11.6, 12.5	Planeta	O Orgânico é o projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos, financiado no âmbito do POSEUR e do Horizonte 2020 (no âmbito do projeto Cityloops), que compreende a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura, com término previsto em 2024. Este prevê a instalação de cerca de 650 contentores de proximidade, dotados de sistemas de controlo de acesso que promovam a qualidade dos resíduos recolhidos, abrangendo 60% da população do Município do Porto, o que corresponde a cerca de 74 000 potenciais alojamentos aderentes
Projeto Ecoval	CMP	11, 12	11.6, 12.5	Planeta	O projeto ECOVAL tem como enfoque uma nova abordagem à gestão de bio resíduos e lamas provenientes das ETAR. A criação de uma nova cadeia de valor no que diz respeito aos bio resíduos e lamas é o principal objetivo do projeto. Para tal, serão desenvolvidas uma série de ações que vão desde a otimização da gestão do bio resíduos e lamas até à sua comercialização sob a forma de produto final os ácidos gordos voláteis, muito utilizados pelas indústrias de lubrificantes ou agroquímica.
Resíduos verdes	CMP	11, 12	11.6, 12.5	Planeta	Com este projeto, prevê-se uma meta de recolha seletiva de 1 600 toneladas de resíduos verdes, que contribuirá para aumentar largamente a quantidade destes resíduos que são valorizados e permitir desviá-los dos equipamentos para deposição indiferenciada.

CityLoops	CMP, Porto Ambiente, Lipor, 2GO OUT Consulting	11, 12	11.6, 12.3, 12.5	Planeta	No caso do Porto, a participação no <i>CityLoops</i> tem como tema os resíduos orgânicos, nomeadamente a prevenção da sua produção e a promoção da recolha seletiva no setor residencial, no setor do turismo e em instituições de cariz social. Como complemento à recolha seletiva no setor residencial, foi implementado um modelo piloto para o tratamento local de bio resíduos, com a instalação de duas ilhas de compostagem inseridas em dois agrupamentos habitacionais, uma na zona do Amial e outra em Paranhos. Uma outra vertente deste projeto consiste na promoção de modelos de circularidade nos setores social e do turismo, para a promoção de uma política de sustentabilidade e circularidade.
FoodLoop	CMP, Porto Ambiente, Lipor, 2GO OUT Consulting		2.4, 11.6, 12.3, 12.5	Planeta	O concurso tem como objetivo identificar e apoiar pessoas e/ou grupos de pessoas que apresentem boas soluções na área da economia circular dos alimentos para a cidade do Porto, em qualquer área da cadeia de valor: desde a produção, à distribuição, ao transporte, ao consumo, até aos resíduos alimentares e orgânicos produzidos e a sua respetiva valorização. Os 20 melhores projetos terão acesso a um <i>bootcamp</i> que apoiará o seu desenvolvimento, dos quais serão selecionados os 5 projetos com maior potencial para participar num programa de mentoria de 6 meses.
European Circular Cities Declaration	CMP	11, 12	11.B, 12.2, 12.5	Planeta	A Declaração das Cidades Circulares Europeias foi concebida para ajudar a acelerar a transição de uma economia linear para uma economia circular na Europa e, assim, criar uma sociedade eficiente em termos de recursos, Hípo carbónica e socialmente responsável.
Pacto Português para os Plásticos		11, 12	11.6, 12.5	Planeta	Esta iniciativa promove ativamente uma economia mais circular, defendendo a redução do uso de plásticos de utilização única, e a valorização deste material num paradigma de circularidade, envidando esforços para que o plástico não acabe por ser descartado na Natureza.

Reboot	CMP	11, 13	11.B, 13.3	Planeta	O <i>Reboot</i> tem como objetivo angariar equipamentos informáticos, recuperá-los e/ ou repará-los através de <i>up-cycling</i> , e doar estes equipamentos a famílias em situações vulneráveis ou pessoas com necessidades concretas de acesso a ambientes digitais. Visa também promover uma consciência ambiental, dar conhecimento das práticas de Economia Circular e do mercado de reparação de equipamentos, potenciando este mercado.
Programa de gestão da redução da água não faturada	Águas e Energias do Porto	6, 11	6.4, 11.6	Planeta	Integrado numa estratégia global, o Programa de Gestão e Redução de Água Não Faturada implica a monitorização, em tempo real, de toda a rede pública através de mais de 280 equipamentos e sensores de última geração, a que se juntam plataformas de análise, inteligência artificial e <i>machine learning</i> para apoio à gestão e decisão. Num sistema municipal com mais de 80 zonas de abastecimento controladas, a Águas e Energia do Porto tem, diariamente, no terreno várias equipas de técnicos especializados na deteção e localização precoce das avarias e fugas de água, permitindo uma atuação célere e eficaz na sua resolução.
Plano de Segurança da Água	Águas e Energias do Porto	6	6.3, 6.4, 6.5	Planeta	O Plano de Segurança da Água (PSA) para o período 2021-2025, que foi objeto de uma profunda revisão, reformulação e atualização, com o intuito de estabelecer um controlo mais eficaz e fiável do sistema de abastecimento de água, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da legislação comunitária.

Transformação das ETAR em fábricas de recursos	Águas e Energias do Porto	6, 7, 11, 12	6.3, 7.b, 11.6, 12.5	Planeta	Novos desafios como a eficiência energética, a reutilização de águas residuais tratadas, a recuperação de compostos em algumas das etapas do tratamento e a eliminação de micropoluentes (contaminantes emergentes) foram ganhando cada vez mais força, levando mesmo à publicação de nova legislação europeia e nacional. Perante o exposto, a Águas e Energia do Porto, considerou ser este o momento oportuno para repensar as suas estações de tratamento, de forma a adaptá-las às novas exigências que têm vindo a surgir, transformando-as em fábricas de recursos. Para tal, foi lançado um procedimento de contratação pública no final de 2019, que visava a elaboração de um estudo que permitisse tomar as necessárias decisões quanto às soluções a adotar em prol da melhoria das instalações existentes.
Cities circular public procurement	Ellen MacArthur Foundation	12	12.7	Planeta	O Porto, enquanto cidade participante, comprometeu-se a progredir na atividade de contratação pública circular e a participar nos 2 webinars realizados para a partilha de desafios, aprendizagens e o progresso. O processo que se encontra a ser partilhado é o da elaboração da Política pública de compras sustentáveis (e circulares), que teve início no início do ano de 2021.
Praias mantêm a Bandeira Azul	CMP	6, 14	6.3, 14.1	Planeta	O Município foi novamente reconhecido pela excelente qualidade das suas praias através da iniciativa bandeira azul. Merece também realce, no período em análise, o facto de o Município do Porto ter atingido, mais uma vez, o pleno na atribuição de Bandeiras Azuis. As zonas balneares de Gondarém e do Homem do Leme foram, igualmente, premiadas com o galardão “Praia com Qualidade de Ouro”, atribuído pela associação ambientalista Quercus.

Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto	Águas e Energia do Porto	6, 13	6.4,13.1	Planeta	A elaboração deste plano reveste-se da maior relevância para a identificação e priorização de medidas e investimentos que minimizem a vulnerabilidade do Município do Porto em relação às alterações climáticas, em particular no que respeita aos seus impactos nos recursos hídricos, encontrando-se devidamente alinhado com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e outras estratégias à escala municipal, Inter-municipal e nacional.
Plano Municipal de Arborização	CMP, Porto Ambiente	11, 13, 15	11.3 13.1 15.9	Planeta	Pretende-se que seja um instrumento para fazer cumprir, a uma escala mais fina e programática, a visão estratégia da Estrutura Ecológica Municipal. Este plano vai refletir sobre a situação existente, e tirar o melhor partido desta para evoluir para um programa de plantações e substituições, de curto, médio e longo prazo, que permita melhorar as funções e os serviços de ecossistemas gerados pelas árvores (suporte, provisão, regulação e culturais). O plano vai ainda informar sobre os tipos de arborização a manter, a substituir, a descontinuar e novos tipos de arborização a criar. Todas as opções de plantação terão como preocupação permanente contribuir ativamente para adaptar a cidade e a suas infraestruturas às alterações climáticas e mitigar as disfunções climáticas (extremos de frio e calor, diminuição da precipitação média e concentrações em episódios anómalos, entre outros).

O Novo Pulmão Verde da Cidade	CMP	11, 13, 15	11.3 11.7 11.b 13.1 15.9	Planeta	O Parque Central da Asprela apresenta uma área de seis hectares, de paisagem cuidadosamente arquitetada, com espelhos de água, 900 elementos arbóreos plantados, mais de 700 elementos arbóreos preservados, linhas de água a céu aberto e mais de dois quilómetros de percursos pedonais e cicláveis acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. O Parque Central da Asprela abarca soluções inovadoras e sustentáveis de estabilização de margens com recurso a técnicas de bioengenharia em meio marcadamente urbano, tendo em vista a minimização e compensação de impactos em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulneráveis relativamente a episódios de cheias e inundações, por via da valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e da viabilidade da sua conectividade.
Melhoria e potenciação das duas Hortas Pedagógicas	CMP	2, 4, 12,13	2.2, 4.7, 12.8, 13.3	Planeta	A oficina Horta Pedagógica é uma atividade procurada por professores e educadores, pelas conexões que permite estabelecer aos conteúdos curriculares dos vários anos letivos.
Expansão do parque de S. Roque	CMP	11, 15	11.3 11.7 15.9	Planeta	O objetivo principal desta intervenção foi, através da implementação de uma área de “Mata Urbana”, reforçar um dos “pulmões” regeneradores da zona oriental da cidade, assumindo-se a concretização do corredor verde de ligação da Praça da Corujeira, ao complexo desportivo do Monte Aventino e Praça Francisco Sá Carneiro. A “Mata Urbana”, com vegetação autóctone ou naturalizada, pode ser explorada através dos percursos que seguem a expressão natural do terreno, apoiados por algumas zonas de estadia que recebem o mobiliário urbano.
Green Flag Award	Green Flag Award	11, 15	11.4 11.7 15.1	Planeta	O <i>Green Flag Award</i> é um programa de acreditação internacional, sem fins lucrativos, que desde 1996 reconhece e premeia os parques e espaços verdes com os mais elevados padrões de exigência na gestão e manutenção. Em 2018/2019, o Parque da Cidade e o Jardim do Passeio Alegre, em conjunto com o Jardim Botânico do Porto, foram distinguidos pelo <i>Green Flag Award</i>

Porto Energy Elevator (PEER)	Agência de Energia do Porto	7, 11	7.3, 11.6	Paz e Parcerias	Com o foco de tornar os edifícios mais eficientes e promover o autoconsumo, combatendo a pobreza energética, a Agência de Energia do Porto assumiu-se como líder da iniciativa <i>Porto Energy Elevator</i> . Esta vai ao encontro das políticas europeias e nacionais, assim como das metas definidas no Plano Nacional Energia e Clima 2030.
Rota da Energia 2021	Agência para a Energia	12, 13	12.8 13.3	Planeta	A iniciativa promove sessões formativas de sensibilização para a adoção de práticas mais sustentáveis por parte da sociedade, sendo, o principal objetivo da mesma, incutir a literacia energética e a utilização racional da energia e da água.
Projeto R'CIRCULAR	CMP	4,12,13		Planeta	Este é um projeto bienal, sendo o primeiro ano dedicado a sensibilizar e capacitar os jovens participantes para a necessidade de mudança para uma vida mais circular. No segundo ano, o objetivo será a criação e implementação, na escola, de um projeto no âmbito de uma das sub-temáticas da Economia Circular.
AquaPorto	Águas e Energia do Porto	4, 6, 12, 13	4.7, 6.b, 12.8, 13.3	Planeta	Os objetivos principais deste evento são a divulgação da ciência, da inovação e da tecnologia, de uma forma prática e divertida, bem como a desmistificação de ideias preconcebidas sobre os investigadores e o trabalho que desenvolvem. Através da realização de atividades que constituem uma boa alternativa aos típicos programas escolares e familiares procura-se criar um ambiente propício à interação entre a comunidade científica e o público, sejam jovens com interesse em seguir uma carreira na área, crianças e adultos curiosos, professores que procuram dinamizar as suas aulas, ou qualquer outra pessoa em busca de dois dias diferentes.
“Beba Água do Porto”	Águas e Energia do Porto	4, 6, 12, 13	4.7, 6.b, 12.8, 13.3	Planeta	É objetivo primordial, deste projeto, contribuir para que a água da torneira seja a bebida preferida dos cidadãos no seu dia-a-dia, destacando-se para esse efeito as suas qualidades intrínsecas como sabor, saúde, confiança e qualidade, mas também a sua diferenciação no que respeita ao custo e ao impacto ambiental das águas engarrafadas.

Programa Virtual de Educação Ambiental (PVEA)	CMP	4, 12, 13	4.7, 12.8, 13.3	Planeta	Programa Virtual de Educação para a Sustentabilidade foi iniciado pela equipa de educação de ambiente do Município do Porto, no período de confinamento provocado pela Covid-19. Consta de seis séries e todas as semanas são lançados novos episódios para assistir no canal de Youtube do Portal de Notícias Porto.
“À velocidade do Sol”	CMP, Agência de Energia do Porto	4, 7, 12, 13	4.7, 7.a, 12.8, 13.3	Planeta	A iniciativa À Velocidade do Sol tem por objetivo a conceção e construção de Carrinhos Solares recorrendo a tecnologias de conversão de energia solar e pretende, através da atividade experimental, sensibilizar os jovens e aumentar o interesse dos concorrentes nas diferentes tecnologias utilizadas na conversão das fontes de energia renováveis.
“Trilho dos Sentidos”	CMP	4	4.5, 4.7	Pessoas	Houve continuação do processo de adaptação da primeira atividade escolhida, “Trilho dos Sentidos”, para alunos surdos, nas diferentes variantes da condição (surdos, surdos-mudos, surdos com outras heterogeneidades – autismo, défice intelectual, entre outros) e contextos (apenas ensino especial ou integração em turmas, conhecimento ou não da Língua Gestual Portuguesa - LGP)
Novo Plano de Educação para a Sustentabilidade para o Porto 2021/2022	CMP, (CE.ES)	4, 12, 13	4.7, 12.8, 13.3	Planeta	O novo Plano, centrado no tema “+ Sustentável” e desenvolvido principalmente a partir dos Centros de Educação para a Sustentabilidade (CE.ES), inclui várias novidades, tais como projetos para o ensino profissional e secundário na área das alterações climáticas e economia circular. Além disso, está prevista uma oferta de oficinas pontuais ao longo do ano para diferentes níveis de ensino, desde o pré-escolar ao 8.º ano de escolaridade, ajustadas com as aprendizagens essenciais para cada nível.
Projeto “ADAPTA-TE!” – das conceções pessoais à ação climática	CMP	4, 12, 13	4.7, 12.8, 13.3	Planeta	O projeto faz a ponte das aprendizagens em sala de aula, transversalmente à escola, com a realidade, estimulando o debate, a pesquisa e estimulando o conhecimento e o desenvolvimento de competências. Potencia ainda a familiarização com os projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas implementados no Porto, em alinhamento com a Estratégia Municipal de Ambiente, a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e a meta de neutralidade carbónica da Cidade.

InvestPorto	CMP	8, 9	8.2, 8.3, 9.3	Prosperidade	A atividade da InvestPorto de dinamização económica e atração de investimento registou um forte incremento, alicerçado na recuperação do investimento na região do Porto.
"Ame um livro"	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Cinema Batalha - Abertura	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Realização de oficinas, eventos e iniciativas nos espaços culturais da CMP	CMP				
MATADOURO - Novos projetos culturais	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
CACE - Novos projetos culturais	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Campus Paulo Cunha e Silva	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Teatro Municipal do Porto	CMP				
Palacete Silva Monteiro	Gestão Privada			Pessoas/ Prosperidade	
Natureza nas tuas mãos	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Caminhos do Romântico	CMP			Pessoas/ Prosperidade	

Tabela 2 - Lista de projetos do município do Porto

Porto - Património Mundial	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
WRC - Rally Portugal	Gestão Privada + CMP			Pessoas/ Prosperidade	
NOS Primavera Sound	Gestão Privada			Pessoas/ Prosperidade	
North Music Festival	Gestão Privada			Pessoas/ Prosperidade	
Elétrico Festival	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Atração de novas Rotas Aéreas	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Atração de novas Startups	CMP			Pessoas/ Prosperidade	
Terminal Intermodal de Campanhã	CMP			Pessoas/ Prosperidade	

Fonte: Elaboração Própria